



OUTROS

POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS 2020



Previdência do Servidor, Construindo Um Novo Tempo.



Política Anual de Investimentos

2020

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificador/> e informe o código: 44F5-BAGC-3666-E15E





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo Tempo.

## ÍNDICE

• <b>INTRODUÇÃO</b>	
• <b>Modelo de Gestão (art. 4º, I e art. 15)</b>	
○ Modelo de gestão (própria, autorizada ou mista) ( <i>Resumo Analítico</i> ).....	03
○ Estrutura da gestão de investimentos ( <i>Governança</i> ).....	04
○ Competências dos órgãos e limites de alçada ( <i>Resumo Analítico</i> ).....	06
• <b>Aspectos internos (<i>Resumo Analítico</i>)</b>	
○ Situação atual do RPPS ( <i>Resumo Analítico</i> ).....	09
○ Contexto econômico e político ( <i>Resumo Analítico</i> ) ( <i>Anexo P.I.</i> ).....	16
○ Alterações legais, regimentais e da gestão ( <i>Resumo Analítico</i> ).....	20
• <b>OBJETIVOS</b>	
• <b>Parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III)</b>	
○ Justificativa do indexador e do cenário prospectivo de juros ( <i>Meta de Rentabilidade</i> ).....	21
○ Aderência da meta ao perfil da carteira e obrigações do plano ( <i>Meta de Rentabilidade</i> ).....	23
○ Objetivos da gestão de investimentos para 2020, considerando os cenários interno e externo e o perfil da carteira ( <i>Resumo Analítico</i> ).....	24
• <b>Estratégia de alocação entre os diversos segmentos (art. 4º, II)</b>	
○ Avaliação do cenário macroeconômico e financeiro ( <i>Resumo Analítico</i> ).....	27
○ Análises setoriais ( <i>Resumo Analítico</i> ).....	27
○ Perspectivas para os investimentos ( <i>Resumo Analítico</i> ).....	27
○ Avaliação do atual perfil da carteira e impactos das estratégias adotadas ( <i>R. Analítico</i> ).....	28
• <b>Limites de aplicação e diversificação aprovadas (art. 4º, IV)</b>	
○ Opções Resolução ( <i>Quadro-resumo, art. 7º e 8º</i> ) ( <i>Estratégias de Alocação</i> ).....	35
○ Limite inferior, superior e estratégia alvo ( <i>Estratégias de Alocação</i> ) ( <i>Anexo P.I.</i> ).....	36
• <b>Metodologias e critérios de avaliação de riscos (<i>Resumo Analítico</i>)</b>	
○ Investimento, carregamento e desinvestimento ( <i>Estratégias Descritivas</i> ).....	37
○ Vedações, restrições e limites estabelecidos ( <i>Estratégias Descritivas</i> ).....	38
○ Critérios de credenciamento e seleção de ativos (QDD) ( <i>Estratégias Descritivas</i> ).....	40
○ Diversificação, risco de crédito e qualidade da gestão ( <i>Estratégias Descritivas</i> ).....	40
○ Volatilidade, liquidez e demais riscos (mercado, operacional, liquidez e legal) ( <i>Estratégias Descritivas</i> ).....	43
• <b>FECHAMENTO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (<i>Resumo Analítico</i>)</b> .....	45
• <b>PUBLICIDADE</b>	
○ Website IGEPREV.....	46
• <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	47

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAVES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E

## INTRODUÇÃO





## Modelo de Gestão (art. 4º, I e art. 15) Modelo de Gestão (Resumo Analítico)

O Regime Próprio de Previdência Social do município de Petrolina - PE, IGEPREV, CNPJ 09.182.560/0001-01, autarquia com gestão própria de seus recursos (art. 15, §1º, I), expõe sua Política de Investimento para o exercício de 2020 em consonância com os dispositivos da Resolução BACEN nº 3.922 de 25.11.2010, alterada pelas Resoluções BACEN nº 4.392 de 19.12.2014, nº 4.604 de 19.10.17 e nº 4.695 de 27.11.18.

As diretrizes, os procedimentos e os limites aqui apresentados, norteiam toda a tomada de decisão relativa aos investimentos desta Autarquia; e, atendendo ao art. 5º da Resolução em tela, esta Política, antes de sua implementação, foi submetida e aprovada pelos órgãos superiores de deliberação: o Comitê de Investimentos, a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo do IGEPREV, em reunião conjunta registrada em ata do dia 03.10.2019. Os parâmetros aprovados, alguns deles calculados com base no relatório Focus de 20.09.2019, buscam garantir a consistência da gestão dos recursos no decorrer do tempo, respeitando o fluxo atuarial da entidade, bem como visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do regime de previdência, buscando a superação da meta atuarial (IPCA + 6,0% aa), aplicados sob "condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência" (art. 1º Resolução 3922), sempre respeitando os limites de diversificação e concentração das aplicações previstos na citada Resolução.

Citando parte do Parecer nº 011/2010/CGAAI/DRPSP/SPS/MPS: "*é importante ressaltar que os Regimes Próprios estão encarregados de administrar os recursos dos participantes, portanto devem ser geridos com a devida prudência que a situação exige...*"

*"...considerando como critérios mínimos para seleção (de instituição financeira), a solidez patrimonial, o volume de recursos administrados e a experiência no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros". São conceitos elementares de credenciamento, elencados desde o início da regulamentação dos investimentos dos RPPS (Resolução CMN nº 2652 de 23.09.1999).*

De acordo com o § 1º do art. 4º da Resolução em referência e também da Portaria MPS nº 519/11 e suas alterações (Portarias MPS nº 170 de 25/04/2012, 440 de 09/10/2013, 65 de 26/02/2014, 300 de 06/07/2015, 01 de 03/01/2017, 577 de 27/12/2017 e Portaria SEPRT nº 555 de 03/06/19), esta Política Anual de Investimentos deverá ser acompanhada sistematicamente e possivelmente revisada no curso de sua execução, com vistas à adequação ao mercado ou a nova legislação, lembrando-se da necessidade de aprovação pelos órgãos superiores de deliberação, antes de sua implementação.

Abordaremos em detalhes adiante as pautas sobre taxa atuarial e Pró-Gestão RPPS.

Com efeito de cumprir o princípio da publicidade disposto no art. 3º, VIII, da Portaria MPS nº 519/11, o IGEPREV disponibiliza este documento aos seus segurados e pensionistas em sua página eletrônica <http://igeprev.petrolina.pe.gov.br/>.

## Modelo de Gestão (art. 4º, I e art. 15)





Estrutura da Gestão de investimentos (Governança)

A estrutura organizacional do IGEPREV é composta conforme organograma abaixo:



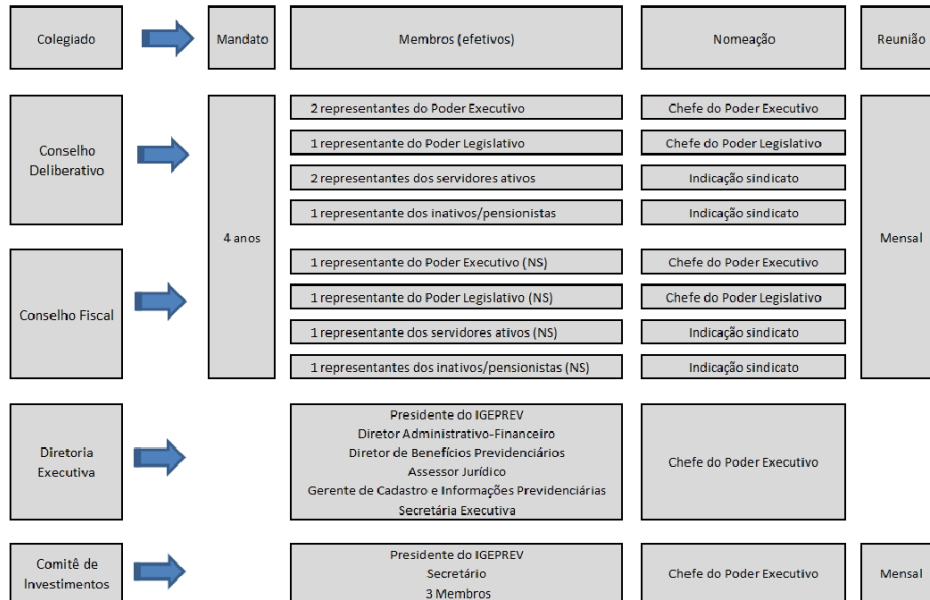
Os órgãos deliberativos que compõem a estrutura organizacional são formados e compostos conforme quadro abaixo:

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo Tempo.



Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E

Modelo de Gestão (art. 4º, I e art. 15)  
Competência dos órgãos e limites de alçada (Resumo Analítico)



O IGEPREV possuindo gestão própria de sua carteira, adota a prática de analisar junto aos seus órgãos deliberativos os aspectos econômicos e políticos que envolvem a estratégia prospectiva de seus investimentos, tanto os atuais quanto aqueles ainda a serem efetivados, adquirindo ativos considerados de baixo risco de crédito e mantendo a carteira o mais diversificada possível, mitigando riscos diversos.

Esta Política é aprovada definitivamente pelo Conselho Deliberativo, tendo origem de sua formulação na Diretoria Executiva, aprovada em primeira instância no Comitê de Investimentos e seguindo para aprovação intermediária na própria Diretoria Executiva.

Dentre os inúmeros parâmetros constantes na Política de Investimento, o Conselho Deliberativo aprova os critérios e as possibilidades de enquadramento, bem como os limites de alocação. O Comitê de Investimentos, conforme as atribuições definidas no Decreto nº 088/2017, autoriza em ata as possibilidades de alocação nos ativos que se apresentarem oportunos pela Diretoria Executiva.

Pela ausência na estrutura do IGEPREV de uma Diretoria de Investimentos, fica a cargo da Presidência o protagonismo das iniciativas de aplicação e resgate. Excluindo os movimentos involuntários da Tesouraria, todo movimento é de iniciativa da Presidência do IGEPREV em sintonia com o Comitê de Investimentos. É de boa prática adotada por esta autarquia em dar ciência ao Comitê de Investimentos de toda movimentação de aplicação e resgate, para um melhor acompanhamento da execução da Política.

**CONSELHO DELIBERATIVO**, atribuições: (Lei nº 1990/2007, art. 64)

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1E





Conselho Deliberativo do IGEPREV será constituído de seis membros efetivos e um membro suplente para cada um, a saber: dois segurados representantes do quadro efetivo do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito; um segurado representante do quadro efetivo do Poder Legislativo, indicado pelo seu Presidente; dois representantes do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais deste Município, indicados pelo sindicato; um representante dos inativos e pensionistas, indicado pelo sindicato ou associação de classe, onde houver. O Presidente do Conselho Deliberativo será eleito pelos demais pares.

O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas por maioria simples de voto.

- I — aprovar a política e as diretrizes de investimento dos recursos do IGEPREV, promovendo sua aplicabilidade;
- II — participar, acompanhar e avaliar sistematicamente a gestão econômica e financeira do IGEPREV, em especial dos planos de custeio e de benefícios, solicitando informações à Diretoria Executiva;
- III — apreciar e aprovar os seguintes documentos da Executiva: a) proposta-orçamentária anual do IGEPREV; b) o relatório anual de atividades do IGEPREV, inclusive com demonstrações estatísticas dos benefícios concedidos no exercício; c) os Balancetes Mensais, os demonstrativos financeiros, o Balanço e a Prestação de Contas Anual, acompanhados dos pareceres competentes do Conselho Fiscal;
- IV — deliberar sobre a aceitação de bens, legados e doações com encargos, oferecidos ao IGEPREV;
- V — solicitar ao Prefeito, se necessário, a contratação de auditorias independentes;
- VI — apreciar e deliberar sobre estudos e Nota Técnica Atuarial;
- VII — adotar as medidas necessárias à garantia do recolhimento das contribuições previdenciárias previstas nesta Lei;
- VIII — promover ajustes à organização e operação do IGEPREV, se necessário, podendo propor ao Diretor-Presidente a contratação de entidades legalmente habilitadas e de experiência comprovada para as gestões do ativo e passivo do RPPS do Município.

**CONSELHO FISCAL**, atribuições: (Lei nº 1990/2007, art. 66)

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1E

7





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo Tempo.

O Conselho Fiscal será composto de quatro membros efetivos e um membro suplente para cada um, a saber: um segurado representante do quadro efetivo do Poder Executivo, indicado pelo Prefeito; um segurado representante do quadro efetivo do Poder Legislativo, indicado pelo seu Presidente; um segurado representante do quadro efetivo de quaisquer dos entes estatais do município, indicado pelo sindicato; um representante dos inativos e pensionistas, indicado pelo sindicato ou associação de classe, onde houver. O mandato dos membros designados será de quatro anos, o qual deverá coincidir com o do Conselho Deliberativo, não sendo permitida sua recondução para o mandato subsequente.

O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas com o mínimo de dois votos. O Conselho Fiscal elegerá o seu Presidente na primeira reunião ordinária após a sua posse, dentre seus membros, por dois anos, podendo ser reconduzido por igual período. O Presidente do Conselho Fiscal terá voz e voto de desempate e as deliberações do Conselho Fiscal serão lavradas em livro de Atas.

I - acompanhar a organização dos serviços técnicos;

II - acompanhar a execução orçamentária do IGEPREV, conferindo a classificação dos fatos e examinando a sua procedência e exatidão;

III - examinar as prestações efetivadas pelo IGEPREV aos servidores e dependentes e a respectiva tomada de contas dos responsáveis;

IV - proceder, em face dos documentos de receita e despesa, a verificação dos balancetes mensais, os quais deverão estar instruídos com os esclarecimentos devidos, para encaminhamento ao Conselho Deliberativo;

V - encaminhar ao Conselho Deliberativo, até o mês de março de cada ano, com parecer técnico, o relatório da Diretoria Executiva relativo ao exercício anterior, o processo de tomada de contas, o balanço anual o inventário a ele referente, assim como o relatório estatístico dos benefícios concedidos.

VI - requisitar à Diretoria Executiva e ao Presidente do Conselho Deliberativo as informações e diligências que julgar convenientes e necessárias ao desempenho de suas atribuições e notificá-los para correção de irregularidades verificadas exigindo as providências de regularização;

VII - propor à Diretoria Executiva as medidas que julgar de interesse para resguardar a lisura e transparência da administração do IGEPREV;

VIII — acompanhar, juntamente com o Conselho Deliberativo, o recolhimento mensal das contribuições para que sejam efetuadas no prazo legal, notificando o Prefeito Municipal e demais titulares de órgãos filiados ao RPPS, na ocorrência de irregularidades, alertando-os para os riscos envolvidos;

IX - proceder à verificação dos valores em depósito na tesouraria, em bancos, nos administradores de carteira de investimentos, exigindo as regularizações quando necessárias;

X - pronunciar-se sobre a alienação de bens imóveis do IGEPREV;

XI - proceder aos demais atos necessários à fiscalização do IGEPREV, bem como da gestão do Regime Próprio de Previdência do Município.

**DIRETORIA EXECUTIVA**, atribuições: (Lei nº 1990/2007, art. 68)

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1BE







Previdência do Servidor, Construindo Um Novo Tempo.

A Diretoria Executiva, é o órgão responsável pela execução dos objetivos do IGEPREV e será composta de: um Diretor-Presidente; um Diretor Administrativo-Financeiro; um Diretor de Benefícios Previdenciários; um Assessor Jurídico; um Gerente de Cadastro e Informações Previdenciárias; uma Secretária Executiva. O Diretor-Presidente ocupará o cargo de provimento em comissão, símbolo CC2, constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº. 004, de 29 de abril de 2005. O quadro de pessoal inicial poderá ser formado por servidores públicos cedidos ao IGEPREV e que hoje exercem suas funções no FUMPREV, mantidos os cargos de provimento -m comissão que ocupam, convalidados pelo art. 70, mediante requisição do seu Diretor-Presidente ao Prefeito do Município.

- I — Planejar, coordenar, executar e controlar os dados referentes à inscrição de segurados no cadastro de servidores ativos, inativos e pensionistas;
- II — Promover anualmente a atualização do cadastro dos segurados, pensionistas e dependentes;
- III — Instruir e analisar os pedidos de Certidão de Tempo de Contribuição - CTC, bem como autorizar a sua expedição, podendo, para tanto, solicitar as diligências e informações que se fizerem necessárias para a emissão das mesmas;
- IV — Encaminhar para a administração de outros Regimes de Previdência, os requerimentos e documentos necessários para a realização da compensação financeira entre regimes prevista no art. 201, §9º, da Constituição Federal;
- V — Fornecer os valores para cálculo da média das remunerações do servidor, nos termos da legislação vigente.

**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**, atribuições: (Decreto nº 088/2017)

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E



O Comitê de Investimentos do IGEPREV, instituído exclusivamente com finalidade consultiva para atuar como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos do RPPS, cabendo-lhe analisar, propor políticas e estratégias de alocação dos recursos com condições que preservem a segurança, a rentabilidade, a solvência, a liquidez e a transparência desses.

O Comitê de Investimentos será composto por 05 (cinco) membros titulares de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, nomeados por Portaria do Executivo Municipal, com conhecimento sobre investimentos. a) Coordenador do Comitê de Investimentos, função desempenhada pelo Diretor Presidente do IGEPREV; b) Secretário, designado entre os próprios membros do Comitê de Investimentos; e c) Membros.

O Comitê de Investimentos reunir-se-á ordinariamente de forma periódica uma vez por mês, conforme calendário a ser fixado na primeira reunião do colegiado, e extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, e quando não possa ser aguardada a próxima reunião ordinária estabelecida em cronograma próprio.

Compete ao Comitê de Investimentos:

- I - definir e publicar o calendário anual de reuniões;
- II - analisar a conjuntura, cenários econômicos e perspectivas de mercado;
- III - traçar estratégias de composição de ativos e definir alocação;
- IV - avaliar as opções de investimento e estratégias que envolvam compra, venda e/ou renovação dos ativos das carteiras do RPPS;
- V - avaliar riscos potenciais;
- VI - propor a Política de investimentos, bem como as alterações que entenderem necessárias;
- VII - monitorar a carteira tanto de forma consolidada, como segmentada, nos aspectos de enquadramento legal, resultado e riscos assumidos;
- VIII - acompanhar e manter-se atualizado a respeito das novidades do mercado referentes a novos produtos, modalidades de investimentos e práticas de gestão;
- XI - acompanhar e debater o desempenho alcançado pelos investimentos, de acordo com os objetivos estabelecidos na Política de Investimentos;
- X - analisar, no mínimo, trimestralmente o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado;
- XI - comparecer as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- XII - votar os assuntos submetidos ao Comitê;
- XIII - sugerir assuntos na pauta ou extra pauta, inclusive a realização de reuniões extraordinárias; negócios;
- XIV - estudar as propostas de oportunidades de participação em produtos e XV - estudar o regulamento de fundos de investimentos;
- XVI - analisar as propostas de credenciamento de instituições financeiras;
- XVII - acompanhar e debater a performance alcançada pelos investimentos, de acordo com a Política de Investimentos;
- XVIII - anualmente revisar o regulamento do Comitê de Investimentos;
- XIX - elaborar proposta de Política Anual de Investimentos;
- XX - acompanhar a Política Anual de Investimentos durante o exercício financeiro e apresentar proposições de alterações quando entender necessário;
- XXI - acompanhar a consultoria de investimentos;
- XXII - elaborar, no mínimo trimestralmente, relatório do acompanhamento aos recursos e enquadramento da expectativa da Política Anual de Investimentos;
- XXIII - manter os membros atualizados acerca do cenário macroeconômico e das expectativas de mercado e da performance da carteira de investimentos em relação à meta atuarial;
- XXIV - elaborar demonstrativos contendo a evolução patrimonial dos investimentos, incluindo a movimentação das aplicações e resgates dos investimentos durante o período anterior;
- XXV - apresentar de pareceres e matérias relacionadas à investimentos;
- XXVI - publicar as atas das reuniões;
- XXVII - outros assuntos pertinentes à sua competência.

## Aspectos Internos

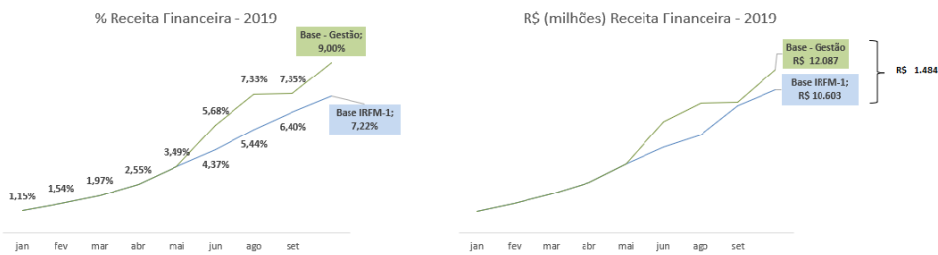
Situação atual do RPPS (*Resumo Analítico*)



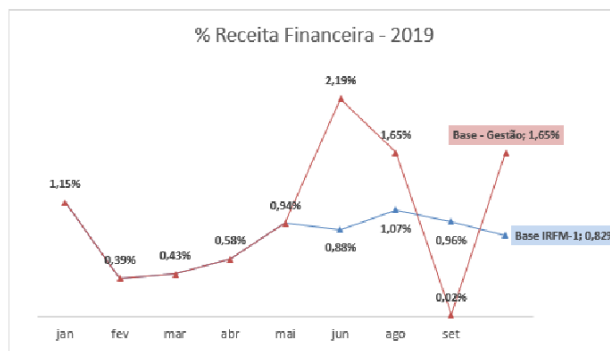


O ano de 2019 tem sido consideravelmente favorável em termos de rentabilidade para todo o segmento de RPPS e o mercado financeiro em geral. No entanto, quando analisamos o desempenho da carteira de janeiro a agosto/19 identificamos que o IGEPREV iniciou seu movimento de diversificação da carteira no último dia de maio/19. Este atraso fez com que o desempenho acumulado (6,84%), que mesmo superando a meta atuarial (6,60%), acumulasse um valor inferior se a carteira tivesse sido movimentada no início do ano.

Em uma simulação de alocação de janeiro a setembro/19, o movimento realizado nos últimos dias de maio trouxe um ganho superior a R\$ 1,7 milhão em junho e de R\$ 1,5 milhão no período de quatro meses. Esse valor expressou o resultado de nosso trabalho com muita satisfação, tendo em vista que o IGEPREV possui gestão própria de seus recursos, e utiliza a *expertise* de seus servidores para alcançar seus objetivos de forma segura e consistente nas melhores e mais conceituadas Instituições Financeiras do país.



É um resultado vantajoso em relação à meta atuarial do período, 6,60% ou do CDI, 4,18%. E se justifica pelo alongamento do *duration* da carteira realizado, que captou a queda contínua dos juros no Brasil.



Podemos dividir este tópico "Situação atual do RPPS" nos seguintes itens:

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1BE

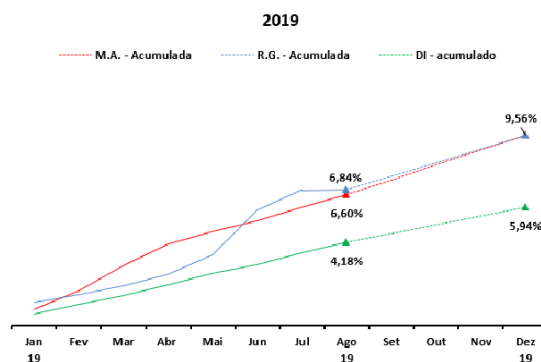


- Situação atual do RPPS
  - Desempenho acumulado
  - Evolução patrimonial
  - Evolução dos benefícios
  - Evolução das alíquotas de contribuição
  - Evolução dos resultados atuariais
  - Evolução da taxa atuarial
  - ALM

Tanto os ativos da renda fixa quanto da renda variável, que rentabilizaram respectivamente 6,56% e 11,81% de janeiro a agosto de 2019, receberam forte influência do mercado doméstico quanto às expectativas favoráveis do novo governo, com as agendas de reformas e os programas de privatizações e concessões; bem como do cenário externo que indicou forte redução de juros no mundo pelo excesso de liquidez. Neste governo, as pastas da economia e da infraestrutura protagonizaram um viés de novas perspectivas de crescimento e desenvolvimento para os próximos anos. Apesar dos percalços políticos internos que geram em muitos momentos forte volatilidade nos ativos locais, no cenário externo, apesar da crise comercial EUA x China, continuamos otimistas quanto ao futuro.

- **Desempenho acumulado**

Mediante os resultados apresentados, o IGEPREV vem cumprindo seus objetivos expostos em sua Política Anual de Investimentos – 2019, rentabilizando em 104% da meta atuarial, conforme Resolução 3.922/2010, em relação ao modelo de gestão de seus ativos (art. 4º, I); quanto à estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação (art. 4º, II), quanto aos limites de aplicação e diversificação (art. 4º, IV); e os parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III), montando a carteira do RPPS com ativos atrelados à meta atuarial em percentual expressivo do PL.



- **Evolução patrimonial**

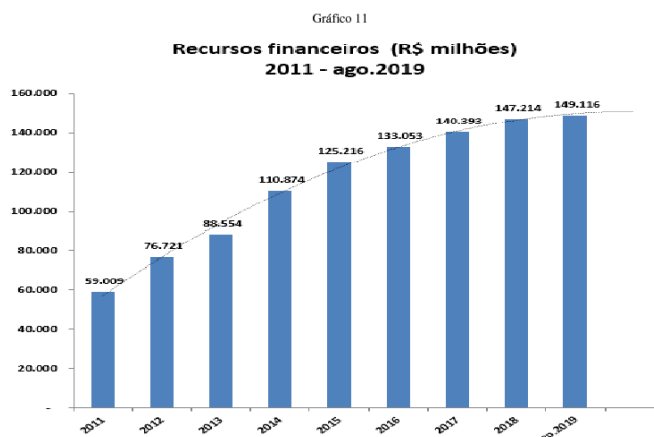
Este documento foi assinado digitalmente por WILLIAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E



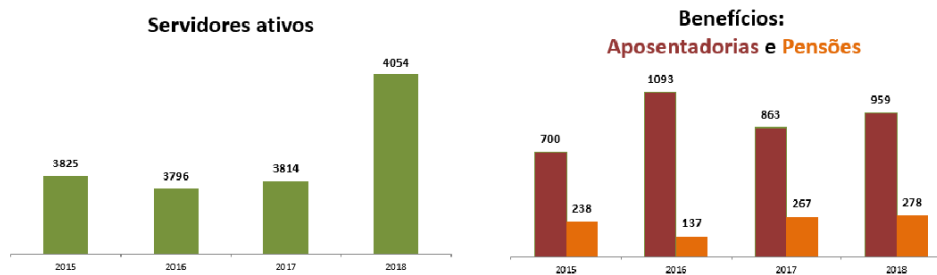


Atualmente, em agosto/19, o IGEPREV acumula desempenho global de sua carteira de investimentos de 6,84%, contra uma meta atuarial de 6,60% e CDI de 4,18%. Este assunto será tratado em detalhes no tópico "Estratégia de alocação entre diversos segmentos (art. 4º, II) - Avaliação do atual perfil da carteira e impactos das estratégias adotadas (Resumo Analítico)".

O gráfico 11 apresenta o histórico do saldo financeiro a cada final de exercício desde 2011.



- Evolução dos benefícios



- Evolução das alíquotas de contribuição
- Evolução dos resultados atuariais

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E



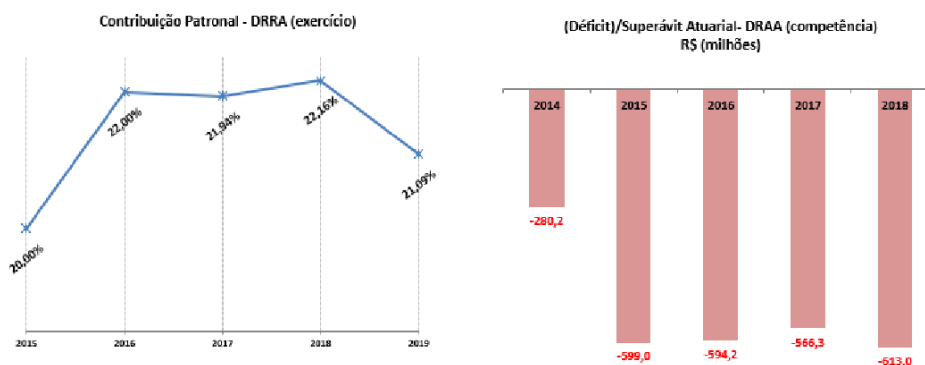


- **Evolução da taxa atuarial**
- **ALM**

Segundo o cálculo atuarial vigente, o RPPS encontra-se com déficit de R\$ 613 milhões apresentando em seu Plano de Custeio um alto custo para o Ente, 21,09%. Quanto à taxa atuarial para 2020 citado na introdução, cabe uma observação: pretendemos alterar a taxa da meta atuarial dos atuais 6% para valor bem inferior. Estimativas baseadas no cenário Focus, projetam juro real em 2020 de 1,14%. Desta forma, considerando o atual texto da reforma da Previdência em tramitação no Senado Federal, onde prevê que os RPPS's pagarão apenas benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão, desonerando o ente patrocinador e todo o Sistema com a exclusão dos demais benefícios, podemos estimar objetivos com dados bem otimistas.

Monitorando os dados do IGEPREV e analisando seus efeitos nas suas contas, baseando-se no relatório atuarial e no DRAA, ambos de dezembro/2018, dos extratos bancários e das informações da contabilidade neste exercício, podemos concluir que há evidências de que o IGEPREV deve urgentemente promover uma segregação de sua massa de beneficiários para tornar o plano previdenciário viável.

Abaixo, apresentamos o histórico dos DRAA – Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial, disponibilizados na base da SEPREV.



Atualmente, o plano de amortização do relatório atuarial é inviável no longo prazo, com atuais 19% chegando a 57,90% a partir do 21º ano de amortização (alíquota patronal normal + custo suplementar), para equalizar um déficit atuarial de R\$ 613 milhões.

Analisamos o Resultado Financeiro mensal e acumulado composto por contribuição patronal, contribuição do servidor, amortização do déficit, parcelamento de débitos previdenciários, multa/juros sobre contribuições, demais receitas e receita patrimonial (financeira); e comparamos com o Resultado Previdenciário total, composto por contribuição patronal, contribuição do servidor, amortização do déficit, parcelamento de débitos previdenciários, multa/juros sobre contribuições e os pagamentos da folha de ativos do IGEPREV, aposentados e pensionistas.

É notório, agora em 2019, que as despesas previdenciárias se encontram bem superiores às receitas previdenciárias, impedindo que o sistema acumule recursos para pagamentos futuros. Os recursos do IGEPREV mesmo atendendo a meta atuarial, estão diminuindo de valor sistematicamente.

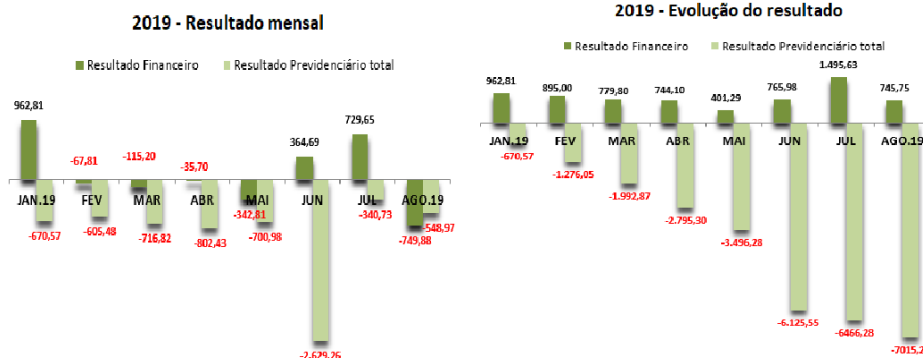
Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo Tempo.

Destacamos que no mês de maio/19 o IGEPREV apresentou uma despesa extraordinária de R\$ 844 mil relativos ao PASEP de períodos anteriores; que no mês de junho/19 a antecipação do 13º salário foi um desembolso expressivo, afetando o patrimônio acumulado; e em agosto/19 a receita financeira, oriunda das aplicações financeiras, devido ao cenário da ocasião, foi demasiadamente modesta.



Tendo em vista o elevado valor de suas reservas, a complexidade do mercado financeiro, a gestão própria destacada na Política de Investimentos, bem como a extensão e longevidade de seus compromissos previdenciários, falta na estrutura administrativa do IGEPREV a formação de um núcleo técnico voltado exclusivamente à gestão de recursos, ou seja, uma Diretoria Financeira diretamente vinculada à Presidência e submetida aos trâmites legais exigidos pelo CMN – Conselho Monetário Nacional e pela SPREV – Secretaria de Previdência Social, com a função adicional de acompanhar e monitorar continuamente os riscos de todas as posições dos recursos investidos, com análise diária do comportamento do mercado, incluindo a performance de produtos e de instituições gestoras de carteiras.

É responsabilidade dos gestores do RPPS em preservar a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial de seu regime. No entanto, apesar do esforço do tesouro municipal de Petrolina-PE, que contribuiu em 2019 com cerca de 46% dos recursos recebidos pelo IGEPREV, este não cumpre a regra elementar de manter o sistema equilibrado pois, encontra-se em déficit atuarial e caminha, nos moldes atuais, para aumentá-lo a cada mês, ferindo os princípios de eficiência e da economicidade.

Atendendo exigências do Pró-Gestão RPPS, o qual o IGEPREV aderiu em 02.05.2019, sugiro também a realização de estudos de gerenciamento de ativos e passivos, a partir de modelos matemáticos de gestão do ativo e das taxas de juros do passivo (*Asset Liability Management - ALM*), visando à otimização das carteiras de investimento para implementação das estratégias de carteiras específicas para os compromissos do plano com seus segurados e beneficiários.

Porém, outras questões urgentes e relevantes encontram-se atualmente no aguardo de respostas, independente de reforma da Previdência. Trata-se de uma pauta relativa à gestão do IGEPREV na busca de seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAVES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1BE





Podemos apontar soluções de CURTO, MÉDIO e LONGO prazos:

**CURTO PRAZO:**

- buscar uma melhor eficiência na gestão financeira do IGEPREV. Medida já adotada a partir de junho que passou a contribuir com R\$ 1,7 milhão apenas no primeiro mês, superando inclusive a meta atuarial do período;
- providenciar o mais breve possível novo cálculo atuarial com vistas a promover uma segregação de massa e ajustar o plano previdenciário do IGEPREV que se encontra em elevado desequilíbrio atuarial. O déficit atuarial em 31.12.2018 monta em R\$ 636 milhões, com alíquotas de amortização progressivas de 8%, 18%, 30%, 36,43%, 41,88%, além da alíquota normal de 13,09%, tornando o plano inviável no médio e longo prazo (Decreto municipal nº 107 de 27.09.2017).
- providenciar, após a segregação de massa calculada pelo atuário, a organização do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, tanto na estrutura do IGEPREV, quanto na legislação que o regulamenta;

**MÉDIO PRAZO:**

- no que se refere às regras de aposentadoria, partir de 2020 deverá o município providenciar alterações na legislação previdenciária municipal. Para tanto, será necessário, ainda no final de 2019, adequar lei que rege o funcionamento do IGEPREV ao novo texto constitucional;
- deverá o IGEPREV adequar/reduzir a quantidade de servidores em seu quadro tendo em vista a diminuição de suas atribuições, em virtude da desoneração dos benefícios de auxílio-doença, licença maternidade e salário-família a partir de 2020.

**LONGO PRAZO:**

- orientar a administração pública para adotar medidas prudenciais quanto a concessão de reajustes de servidores, ou seja, planejar os impactos atuariais em toda alteração extraordinária de verbas permanentes.

Finalmente, o IGEPREV perante a nova reforma da Previdência, ficará estruturalmente menor, tendo em vista a diminuição de suas atribuições. No entanto, terá maior responsabilidade em virtude das novas exigências legais que responsabilizam cada vez mais os gestores envolvidos em gerir recursos e benefícios. Deverá ter intensa sinergia com a administração direta no auxílio a tratamento de dados de servidores ativos para melhor acompanhamento de impactos em seu custeio no plano previdenciário do município.

**Aspectos Internos**

Contexto econômico e político (*Resumo Analítico*) (Anexo P.I.)

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.idoc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1BE







No contexto econômico, em relação ao ambiente doméstico, o cenário para 2020, conforme relatório Focus de 20.09.19 é de razoável otimismo com a recuperação da atividade econômica (PIB de 2,00%) em relação a 2019 (PIB de 0,87%), com ligeiro aquecimento do crédito/consumo das PF's, manutenção da inflação em patamares de 3,74%, manutenção da taxa Selic com viés de redução (5,00%) e lenta e contínua redução da taxa de desemprego, deixando para trás o ambiente de estagnação, não desprezando a atividade do agronegócio que desde 2017 vem participando expressivamente de forma positiva nas estatísticas econômicas.

Expectativas para 2020	
IPCA <sup>(1)</sup>	3,74%
Taxa SELIC – atual 09.2018 <sup>(1)</sup>	5,50%
Taxa SELIC – média <sup>(1)</sup>	4,88%
Taxa SELIC – dez. <sup>(1)</sup>	5,00%
PIB <sup>(2)</sup>	2,00%
Juro Real	1,14%
Taxa Real da Meta Atuarial	6,00%
Meta Atuarial	9,96%
Meta atuarial (% CDI)	204%

(1)Fonte: BACEN; (2) IBGE em 20/09/2019

No cenário externo para 2020 a perspectiva dominante é da continuidade de queda de juros em diversas economias, com afrouxamento monetário dos principais Bancos Centrais (EUA e Europa), dado os sinais de fraqueza no consumo, baixa inflação e risco de recessão pelo acirramento da guerra comercial EUA x China. Diante de uma alta liquidez no mundo, os recursos estrangeiros buscam nos países em desenvolvimento oportunidades de investimento para alocar seu capital. Nesse aspecto, o Brasil se destaca, apesar de possuir maior risco soberano (CDS) diante de seus concorrentes emergentes.

Atualmente (set/19) as taxas de risco dos principais países emergentes (Colômbia, Rússia, México, Brasil e África do Sul) aproximam-se dos menores níveis dos últimos seis anos, quando o Brasil era considerado um país de baixo risco de crédito.

No entanto, especialistas estrangeiros continuam cautelosos com o Brasil, tendo em vista que ter um CDS baixo não implica diretamente em possuir um *rating* melhor. Emergentes com economias semelhantes e *rating* superior ao do Brasil, disputam recursos estrangeiros com mais vantagem. Diferente dos demais, para que seu grau de risco seja melhorado, o Brasil precisa demonstrar que a agenda de Reformas em tramitação irá de fato melhorar a situação fiscal do país, tema foco das agências de classificação de risco, estimulando crescimento econômico e empregabilidade. O Brasil é avaliado em "BB-" pela Fitch e pela S&P, enquanto a Moody's coloca o país em "Ba2"".

O investidor estrangeiro permanece cauteloso aguardando que o processo de ajuste fiscal seja concluído ou tenha um avanço mais confiável, para que um ajuste consistente seja alcançado.

Este documento foi assinado digitalmente por WILLIAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





**Brasil sem selo de bom pagador**  
Veja nota do país nas principais agências de risco

Fitch Ratings	Moody's	Standard & Poor's	Significado na escala
AAA	Aaa	AAA	Grau de investimento com qualidade alta e baixo risco
AA+	Aa1	AA+	
AA	Aa2	AA	
AA-	Aa3	AA-	
A+	A1	A+	
A	A2	A	Grau de investimento, qualidade média
A-	A3	A-	
BBB+	Baa1	BBB+	
BBB	Baa2	BBB	Categoria de especulação, baixa classificação
BBB-	Baa3	BBB-	
BB+	Ba1	BB+	
BB	<b>Ba2</b>	BB	
<b>BB-</b>	Ba3	<b>BB-</b>	
B+	B1	B+	
B	B2	B	
B-	B3	B-	
CCC	Caa1	CCC+	Risco alto de inadimplência e baixo interesse
CC	Caa2	CCC	
C	Caa3	CCC-	
RD	Ca	CC	
D	C	D	

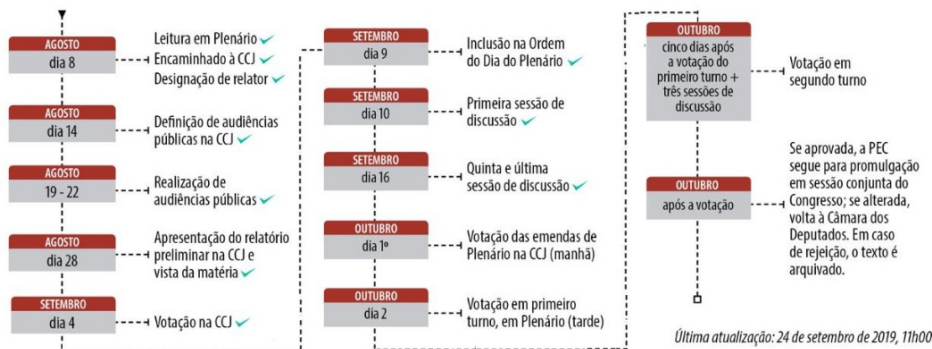
Fonte: Fitch Ratings; Standard & Poor's; Moody's

Infográfico atualizado em: 23/02/2018



Apesar da lentidão no Senado, a reforma da Previdência, concluída na Câmara dos Deputados em 08.08.19, onde apresentou uma economia de R\$ 933,5 bilhões, está em tramitação. Atualmente (12/09) o texto da PEC 06 (principal Reforma) já foi desidratado para gerar uma economia um pouco menor, R\$ 876 bilhões. Porém, considerando a PEC Paralela (Estados e municípios) acrescentaria uma economia de R\$ 350 bilhões, totalizando R\$ 1,2 trilhão. Concluído o trâmite na CCJ, estima-se que a votação da PEC 06 irá para o plenário dia 08/10.

**A reforma da Previdência no Senado**



agência senado

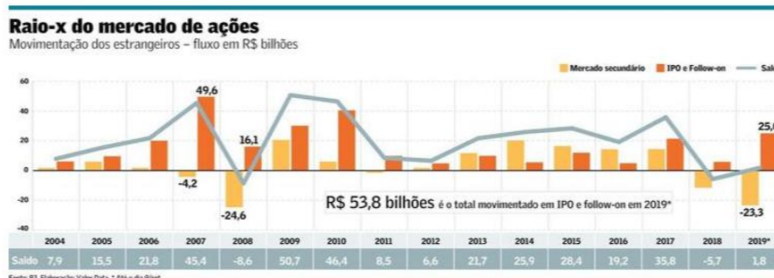
Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44FF5-BA8C-3656-E15E





Segundo analistas, para o investidor estrangeiro, ter aprovada a reforma da Previdência até outubro/19 é parte da solução. Aguarda ainda o andamento das demais agendas positivas como a reforma tributária, a reforma administrativa e as privatizações/concessões, além dos desdobramentos da crise EUA x China e uma possível recessão no mundo.

Segundo dados da B3 o investidor estrangeiro representa 46,5% do mercado de IPO's e follow-nos, em 2019. No entanto, no mercado secundário, esse investidor representa um valor líquido de entradas de apenas R\$ 1,8 bilhão até set/2019. Apenas na crise de 2008 (gráfico abaixo) é que o mercado de bolsa brasileiro apresentou tantas saídas de recursos estrangeiros.



Se o Ibovespa valorizou de janeiro a agosto/19 15,07% e a carteira de renda variável do IGEPREV 38,76%, muito se deve ao investidor local que acreditou no novo governo e na aprovação das Reformas, mas também por alternativa ao baixo nível do juro na economia. O investidor local já aportou em 2019, R\$ 9 bilhões.

Neste desiderato os investidores institucionais já aportaram R\$ 21 bilhões no mercado secundário e R\$ 25 bilhões no mercado primário.

Sendo o atual governo detentor de uma agenda liberal, o país a partir de 2019 passou a vivenciar fortes expectativas de mudanças, que se expressaram no mercado financeiro com a contínua queda dos juros dos títulos da dívida. Segundo analistas, Jair Bolsonaro foi eleito basicamente pelo voto anti-petista, pela agenda anti-corrupção, pela defesa da ética e da probidade na administração pública, seguido pela pauta da diminuição do Estado na economia, com privatizações e concessões.

Atualmente, com a reforma da Previdência praticamente aprovada no Senado e juros Selic em níveis historicamente recordes, no patamar mínimo de 5,5%, com viés de 4,75% a credibilidade política do governo já não se encontra tão forte como em janeiro. Segundo matérias publicadas, o eleitor que entregou seu voto anti-corrupção sente-se traído em virtude de várias decisões. Analistas políticos entendem que houve um "acordão" entre governo, poder legislativo e poder judiciário que se uniram com a intenção de enfraquecer as estruturas de apoio à Lava-Jato e dos órgãos de controle governamental.

Podemos destacar decisões benéficas a esses interessados: extinção (iniciativa do presidente com chancelas da Câmara e do Senado) do **COAF** – Conselho de Atividades Financeiras em agosto/19, órgão de inteligência que, agora, depois de passar por Sérgio Moro e Paulo Guedes, encontra-se no BACEN sob o nome de UIF – Unidade de Inteligência Financeira; em julho/19, o presidente do **STF** suspendeu por liminar as investigações sobre Flávio Bolsonaro baseadas nas informações do COAF (movimentações financeiras suspeitas de Fabrício Queiroz, motorista quando deputado estadual de Flávio Bolsonaro), atendendo pedidos dos advogados do senador; a **Receita Federal** também foi alvo de reclamações de poderosos das altas cortes de Brasília, incomodados por terem sido alvos, junto com familiares, de investigações fiscais, culminando na demissão de seu chefe em agosto/19; a **Polícia Federal** também virou alvo. Sua direção, escolhida por Sérgio

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAVES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1BE





Moro, encontra-se prestes a ser trocada; por fim, a indicação do procurador-geral da República que no passado foi crítico às investidas da Lava-Jato.

O Congresso não se manifestou em qualquer um desses assuntos. Fez entender que, pelo fato de quase todos os partidos políticos serem alvo de investigações com evidente presença da "velha política", a impunidade permanecerá alcançada por boa parte dos congressistas. Muito pelo contrário, a oposição na Câmara tenta levantar assinaturas necessárias para abrir uma CPI contra a Lava-Jato, propondo alterações na legislação penal (delações premiadas), sem resistência dos governistas. No Senado, a CPI da Lava Toga, mesmo com as assinaturas necessárias não conseguiu ser instalada. Com a resistência de quase todos os partidos, o senador Flávio Bolsonaro foi o principal articulador do PSL contrário à CPI, com apoio dos presidentes das Casas.

A lei do abuso de autoridade, importante para valorizar os órgãos investigadores, teve nos vetos do presidente uma demonstração de alinhamento com sua pauta eleitoral. No entanto, especialistas alegam falta de articulação do planalto para a manutenção dos vetos nas votações que virão.

A convergência de interesses também de expressou no projeto de lei que tramita na CCJ da Câmara, que trata de crime de responsabilidade por parte de ministros do STF que possam ser identificadas como usurpação de competência dos poderes Legislativo e Executivo. Segundo divulgado, o próprio presidente do STF interviu junto à parlamentares e governo contra o projeto.

Diante desses movimentos, analistas políticos identificam certo alinhamento de interesses dessas forças políticas, inserindo no Congresso um ambiente favorável, viabilizando o andamento e aprovação das agendas de reformas pretendidas pelo governo.

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1BE





## Aspectos Internos

### Alterações legais, regimentais e da gestão *(Resumo Analítico)*

Com novo governo municipal a partir de 2017, encontramos-nos sob nova gestão da Autarquia, sem qualquer alteração de roteiro visto existir uma Política de Investimentos em vigor, associada aos Conselhos e órgãos deliberativos do IGEPREV, desatrelados das questões políticas.

Em 11 de agosto de 2017, através da Portaria 088/2017, foi instituído o Comitê de Investimentos, com a finalidade consultiva para atuar como órgão auxiliar no processo decisório quanto à execução da política de investimentos do Instituto.

### **AÇÕES REALIZADAS**

#### **CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E CONSELHEIROS**

O IGEPREV também tem procurado investir mais no treinamento dos seus servidores e conselheiros. Essa estratégia tem sido muito positiva, uma vez que é possível desenvolver melhor algumas habilidades e aproveitar ao máximo o potencial de cada um, também é uma forma de deixá-los mais satisfeitos com as funções que desempenham. Tendo em vista as parcerias celebradas com a Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado, a INAPREM e a ABIPEM, o Instituto proporcionou a participação dos servidores em congressos, seminários e cursos conforme descrito abaixo:

**Curso:** ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

**Período:** 25/02/2019 - 28/02/2019

**Local:** RECIFE - PE.

**(Participação de servidores)**

**CONGRESSO:** 1º CONGRESSO BRASILEIRO DE INVESTIMENTOS DE RPPS

13 a 15 de Março de 2019 - Florianópolis/SC

**(Participação dos membros do Comitê de Investimentos)**

**Curso:** LICITAÇÃO PÚBLICA: DO EDITAL AO CONTRATO

**Período:** 20/05/2019 - 23/05/2019

**Local:** RECIFE - PE

**(Participação de membros do Conselho Fiscal)**

#### **PROGRAMA PRO-GESTÃO**

Considerando que o PRÓ-GESTÃO RPPS é um programa de certificação institucional e modernização dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, como reconhecimento da excelência e das boas práticas de gestão, instituída pela Secretaria de Previdência Social.

Considerando que o objetivo da certificação esta preconizada no art. 2º da Portaria MPS nº 185/2015, cujo qual visa incentivar os RPPS a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcionem maior controle dos seus ativos e passivos e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade, o IGEPREV iniciou as ações gerais para obtenção da certificação, dentre a quais, a ADESÃO.

#### **CENSO PREVIDENCIÁRIO**

O Censo Previdenciário é uma determinação contida no artigo 3º da Lei Federal 10.887, de 18 de junho de 2004 e ao disposto na Constituição Federal, no que se refere ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime de Previdência dos servidores públicos, necessário para aferir as obrigações e direito do Regime Próprios de Previdência Social depende, de forma direta, da consistência da base cadastral utilizada na avaliação inicial e reavaliações atuariais anuais.

Em atendimento a essa norma legal, o IGEPREV realizou através licitação, a contratação da empresa AGENDA ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.059.307/0001-68 para elaborar:

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAVES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.idoc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





1. Censo Funcional (atualização do histórico funcional do segurado, vínculos funcionais, tempos de contribuição, aposentadorias adquiridas, histórico funcional, cargos e carreiras);
2. Censo Cadastral (atualização de informação cadastral dos servidores, tais como: endereço, CPF, comprovante de residência, e-mail, número de telefone, estado civil, dependentes, número de NIT/PIS);
3. Censo Financeiro (atualização das informações financeiras do segurado, base de cálculo, valor de contribuições Previdenciárias e benefícios recebidos).

O censo resultará no armazenamento de dados em um sistema de informações dos servidores públicos ativos, inativos, pensionistas e demais dependentes segurados obrigatórios do IGEPREV, (Informações cadastrais, Informações funcionais, Informações financeiras) construindo um banco de dados geral que servirá para o Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regime Próprio de Previdência Social – CNIS- RPPS; para o Sistema Previdenciário de Gestão de Regime Públicos de Previdência Social – SIPREV/Gestão; para o Sistema de Gestão de Regime Próprio de Previdência Social utilizado pelo RPPS; e também para emissão da Certidão de Tempo de Contribuição - CTC, e demais funcionalidades requeridas pela gestão, bem como para melhorar o cadastro dos servidores do executivo, atendendo às necessidades advindas da implementação do cumprimento das regras do sistema e-Social.

A realização de censo previdenciário está prevista para iniciar em **01/07/2019**. Os serviços deverão ser concluídos em 06 meses, conforme planejamento realizado.

#### **FINANCEIRO**

##### **Resultado dos saldos dos investimentos do IGEPREV dos meses de janeiro a abril de 2019.**

A Política de Investimentos do IGEPREV, objetiva estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantindo os pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando também, atingir a meta atuarial estabelecida e garantir o equilíbrio econômico-financeiro. A Política de Investimentos objetiva ainda, zelar pela as aplicações dos recursos, alocando os investimentos em instituições que possuam solidez patrimonial. Apesar de toda crise política ocorrida, os investimentos do IGEPREV tiveram o melhor resultado nominal dos últimos anos, o desempenho global da carteira conta com um patrimônio de R\$ 147.834.158,00.

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44f5-BA8C-3656-E15E





**OBJETIVOS**

**Parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III)**

Justificativa do indexador e do cenário prospectivo de juros (Meta de Rentabilidade)

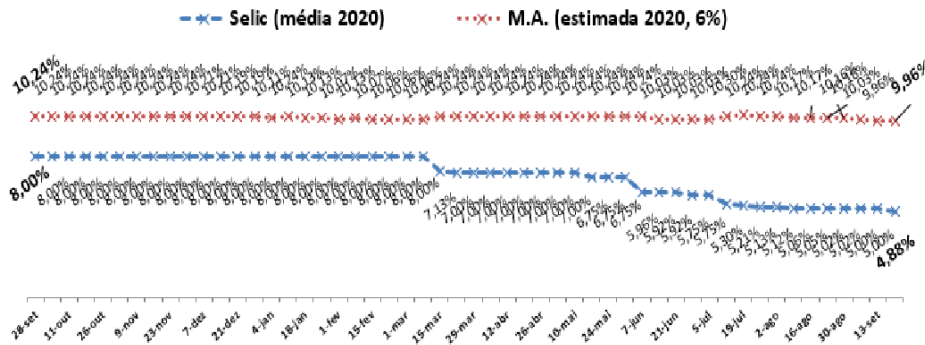
O indexador da meta atuarial em nosso RPPS é o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE o qual mede oficialmente o índice de inflação no país. O IPCA é utilizado pelo Governo para o cumprimento da missão de assegurar a estabilidade do poder de compra de nossa moeda, sendo também o indexador dos TPF's, os principais ativos que remuneram ainda o setor de RPPS. O Banco Central do Brasil, em reuniões do COPOM (Comitê de Política Monetária) do CMN (Conselho Monetário Nacional), determina a meta inflacionária utilizando o IPCA como referência, acompanhando, ao longo do exercício em análise, o cumprimento do objetivo desejado.

Atualmente, as projeções expostas pela Gerin – Gerência Executiva de Relacionamento com Investidores do BACEN, em seu "Relatório de Mercado – FOCUS", de 20/09/2019, cujo informe relata as projeções do mercado com base em consulta a aproximadamente cem instituições financeiras durante a semana anterior, revelam para 2020, um cenário desfavorável aos investimentos dos RPPS's, visto 2020 apresentar, pelos atuais indicadores, juros reais de **1,14%** e meta atuarial bem acima do **CDI (204%)**. Com índice inflacionário estabilizado, projetando no pior cenário um **IPCA de 3,74%** e **Taxa SELIC no final do ano de 5,00%**, com média de **4,88%**.

Adotamos a metodologia "média Top 5 – curto prazo" na projeção do IPCA e da taxa Selic.

O RPPS, como investidor qualificado e administrador de recursos deverá buscar a excelência de seus investimentos, procurando superar a **meta atuarial para o exercício de 2020 estimada em 9,96%**, ou **204% do CDI**.

Financeiramente uma meta atuarial na ordem de 204% do CDI (IPCA+6%aa para 2019) é um parâmetro muito elevado, visto que a taxa DI é referência elementar no mercado financeiro. Desta forma, como descrito anteriormente, promoveremos no que for possível em expressiva redução da taxa atuarial para 2020.

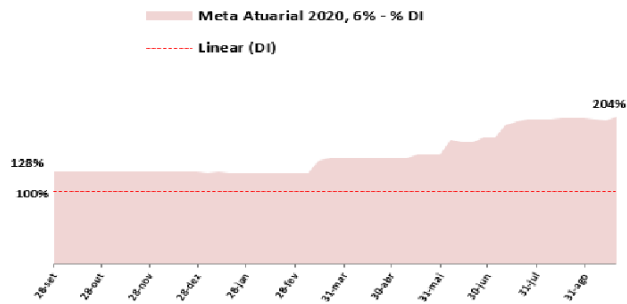
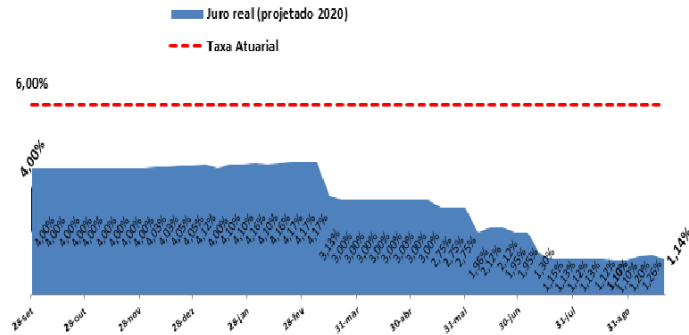


Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo Tempo.



Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E







### Parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III)

Aderência da meta ao perfil da carteira e obrigações do plano (*Meta de Rentabilidade*)

Em 31/08/2019 possuíamos 2,47% de nosso PL aplicados em ativos com rendimentos vinculados ao IPCA, conforme Quadro 02 abaixo, representados por 2 fundos de investimentos. Os ativos em TPF (89%) estão expressos pelos fundos em NTN-B e os ativos privados (3,6%) dividem-se entre FIDC e cotas de FIP.

Quadro 02

Nº	FUNDOS	Benchmark	2019
19	Caixa FIC Ações Valor Dividendos RPPS	Idiv	24,57%
7	Caixa Brasil IMAB 5+ TP RF FI LP	IMA-B 5+	21,65%
8	Caixa Brasil IMA-B TP RF FI LP	IMA-B	16,06%
17	Caixa Brasil IBX 50 FIA	IBX	13,27%
18	BNB Seleção FIA	Ibovespa	12,75%
20	Caixa Alocação Macro FIC Multimercado LP	CDI	12,10%
12	Caixa FIC Brasil II Gestão Estratégica RF	IMA-Geral ex-C	12,00%
3	BB Previdenciário FI RF TP IPCA I	IPCA+6%	9,43%
1	BB Previdenciário RF Alocação Ativa Fic FI	IMA	9,42%
11	Caixa FI Brasil IMA Geral TP RF LP	IMA-Geral	8,73%
4	BB Previdenciário FI RF TP IPCA III	IPCA+6%	8,31%
6	Caixa Brasil IMAB 5 TP RF FI LP	IMA-B 5	8,22%
9	Caixa Brasil IRFM TP RF FI	IRFM	8,15%
15	BBIF Master FIDC LP	-	7,65%
5	Caixa Brasil IDkA 2A TP RF FI	IDkA IPCA 2A	7,06%
10	Caixa Brasil IRFM-1 TP RF FI	IRFM-1	4,50%
2	BB Previdenciário RF IRFM-1 TP FI	IRFM-1	4,47%
14	Caixa Brasil Título Público FI RF LP	DI	4,15%
13	Caixa Brasil Disponibilidades RF FI	DI	3,60%
16	LME IPCA FIDC Multissetorial Senior	IPCA+7%	2,60%
21	HAZ FII	-	1,13%
Meta Atuarial = IPCA + 6%			6,60%
CDI			4,18%
IGEPREV			6,84%

Nosso parâmetro de rentabilidade almejado, hoje em IPCA+6%, será consideravelmente reduzido tendo em vista mudanças nas variáveis: redução do juro real de 2020 para 1,14%; desoneração do Plano de Custeio do RPPS (reforma da Previdência e PEC paralela); segregação da massa de beneficiários, possibilitando ajuste da taxa atuarial para patamar inferior ao atual (6%).

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAVES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





### Parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III)

Objetivos da gestão de investimentos para 2020, considerando os cenários interno e externo e o perfil da carteira (*Meta de Rentabilidade*)

A Política Anual de Investimentos do IGEPREV para o exercício de 2020 tem o papel de delimitar os objetivos em relação ao modelo de gestão de seus ativos (art. 4º, I e art. 15), quanto à estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação (art. 4º, II) e as respectivas carteiras de investimentos de acordo com o perfil de suas obrigações e os parâmetros de rentabilidade almejados (art. 4º, III), respeitando os limites de aplicação e diversificação (art. 4º, IV) expostos na Resolução.

Este instrumento que proporciona aos envolvidos na gestão dos recursos o roteiro para o cumprimento das metas aqui traçadas tratará, ainda, da superação da rentabilidade mínima a ser conquistada pelos gestores para o exercício apontado (IPCA + 6,0% aa). Nesse quesito, lembramos que as obrigações previdenciárias possuem um caráter de longo prazo. Sendo assim, seus resultados dentro de determinado exercício, por vezes, podem não alcançar a proposta inicial. No entanto, quando levamos a análise para períodos maiores, podemos observar um elevado grau de ganho no resultado acumulado.

É objetivo prioritário do IGEPREV redefinir novos parâmetros para 2020 em período posterior à entrega desta Política à SEPREV, tendo em vista a iminência da aprovação da PEC 06/2019 – Reforma da Previdência. Caso o texto que tramita atualmente no Senado seja aprovado, haverá substancial alteração no Plano de Custeio da maioria dos RPPS. Destacamos no **art. 9º** os parágrafos: “**§ 2º O rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte**”, e “**§ 3º Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula**”.

No intuito de maximizar a taxa de rentabilidade real para a carteira do RPPS, a estratégia de investimentos cuidará de indicar as melhores opções dentro das classes de ativos renda fixa e renda variável que, a nosso entender, e mediante o cenário que se desenha, com juros reais projetados de 1,14% e meta atuarial estimada em 204% do CDI; indica elevada dificuldade para que o desempenho da carteira conquiste um resultado atuarial estimado de 9,96% para 2020.

Ao longo do próximo exercício, no acompanhamento desta Política, o IGEPREV poderá estar buscando taxas melhores em ativos alternativos, seja no segmento de Renda Fixa ou Renda Variável.

O IGEPREV considera imprescindível a saudável preservação do capital, o qual é garantidor dos benefícios atuais e futuros, sendo necessário, então, sem se expor a riscos desnecessários, buscar, além da diversificação, a excelência na gestão, não apenas dos recursos, mas, também, do próprio regime como um todo, inclusive servidores.

Destacamos, abaixo, os principais pontos em foco na gestão do IGEPREV para o exercício 2020:

- **SEGREGAÇÃO DE MASSA E EQUALIZAÇÃO DO DÉFICIT**

- Tendo em vista a acentuada queda dos juros no Brasil, e mediante a possibilidade da aprovação do atual texto da reforma da Previdência que desonera o Plano de Custeio vigente, estimamos reduzir a taxa atuarial para patamares inferiores a 6%. Será necessário aguardar o cálculo atuarial com data-base de 31.12.2019 e segregação de massa, bem como a confirmação da limitação dos benefícios previdenciários conforme Nova Previdência e consequentemente efetuar uma revisão desta Política, com os novos parâmetros definidos.

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1BE





- **ATIVOS ATRELADOS À META ATUARIAL**
  - É o principal atributo na aquisição de ativos.
  
- **TAXA DE RETORNO ACIMA DA META ATUARIAL COM ADEQUADA RELAÇÃO RISCO X RETORNO**
  - Possuir atratividade em relação à meta atuarial, não implica absoluta intenção de aquisição do ativo em análise. Mensurar seus riscos é tão fundamental quanto seu retorno para adequação do investimento.
  
- **DAR CONTINUIDADE À DIVERSIFICAÇÃO EM BUSCA DE PRODUTOS ESTRUTURADOS E DE RENDA VARIÁVEL**
  - Como demonstrando anteriormente, possuímos atualmente menos de 3% de nossa carteira em ativos atrelados à meta atuarial. Com o Estudo do ALM, que deverá ser repetido após novo cálculo atuarial considerando as alterações provenientes da Reforma, inicialmente deveremos ampliar nossas alocações para o máximo permitido em renda variável com estratégia de gestão alinhada com nosso RPPS, preferencialmente com ativos de dinâmica própria, gestão com engajamento construtivo e o novo modelo de sistema de logaritmos. Em seguida, buscar oportunidades fundos estruturados (FIP transmissão, infraestrutura, multimercados e FIDC) serão alvo de busca, considerando as oportunidades que surgirão com a retomada da economia e cumprimento da agenda de privatizações e concessões propostas pelo governo federal.
  
- **MANTER-SE FIEL AOS CRITÉRIOS DE CREDENCIAMENTO DESENVOLVIDOS PELO IGEPREV**
  - As entidades autorizadas a trabalhar com o IGEPREV são: BB, CEF, Itaú, Bradesco, BTG Pactual, Santander, Safra, pois representam, não apenas, a solidez patrimonial desejada, como também expressivo volume de recursos administrados e a larga experiência no exercício da atividade de administração de recursos terceiros. Este critério está bem desenvolvido em capítulo próprio, adiante.

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1E





### Estratégia de alocação entre diversos segmentos (art. 4º, II)

Avaliação do cenário macroeconômico e financeiro e análises setoriais; perspectivas para os investimentos (*Resumo Analítico*)

Atualmente, as projeções expostas pela Gerin – Gerência Executiva de Relacionamento com Investidores do BACEN, em seu “Relatório de Mercado – FOCUS”, de 20/09/2019, cujo informe relata as projeções do mercado com base em consulta a aproximadamente cem instituições financeiras durante a semana anterior, revelam para 2020, um cenário desfavorável aos investimentos dos RPPS’s, visto 2020 apresentar, pelos atuais indicadores, juros reais de 1,14% e meta atuarial no padrão de 204% do DI. Com índice inflacionário sob controle e em baixo nível, projeta-se um IPCA de 3,74% e Taxa SELIC no final do ano de 5,00%, com média de 4,88%. O RPPS, como investidor qualificado e administrador de recursos deverá buscar a excelência de seus investimentos, procurando superar a meta atuarial para o exercício de 2020 estimada em 9,96%.

Financeiramente, uma meta atuarial na ordem de 204% do CDI (IPCA + 6%aa para 2020) é um parâmetro muito exigente e irreal em ativos de baixo risco de crédito, visto que a taxa DI é referência elementar no mercado, conferindo parâmetro adequado para mensurar o desafio de se alcançar o objetivo atuarial. Este dimensionamento do objetivo atuarial está diretamente ligado à necessidade de recalcular essas variáveis por conta das alterações na legislação no pós Reforma e no próprio cálculo atuarial de 2020.

Sendo classificados de forma inadequada como investidor qualificado, considerando as exigências da SEPREV para investidor profissional (PL acima de R\$ 1 bilhão, mesmo com pontuação máxima no Pró-Gestão RPPS) nossas opções ficam limitadas. No entanto, é nossa obrigação como gestores direcionar nossos investimentos para ativos atrelados à meta atuarial, utilizando o estudo de ALM e em seguida, alocar recursos de forma diversificada e em ativos o mais descorrelacionados possível, como multimercados, fundos de Crédito Privado, FIP, FII de Crédito e RV de estratégias diversificadas.

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1E1





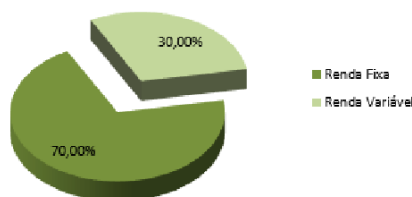
Estratégia de alocação entre diversos segmentos (art. 4º, II)  
Avaliação do atual perfil da carteira e impactos das estratégias adotadas (Resumo Analítico)

• Avaliação do atual perfil da carteira

- Análise quantitativa da PI
- Análise quantitativa efetiva
- Distribuição quantitativa (% e R\$) por Instituição, por enquadramento e segmento
- Análise dos limites de alocação
- Desempenho da geral da carteira, por Instituição e por segmento
- Avaliação do desempenho atuarial
- Segmentação das fontes de recursos
- Análise quantitativa de fundos por Instituição
- Quadro-resumo de alocações, rentabilidade, desempenho
- Comparativo do desempenho financeiro sobre o atuarial
- Comparativo nova gestão

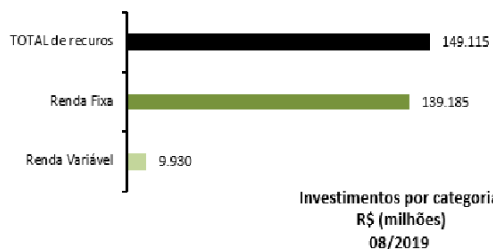
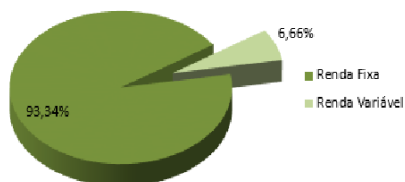
Análise quantitativa da PI

Investimentos por categoria  
alocação programada na PAI-2019



Análise quantitativa efetiva

Investimentos por categoria  
alocação efetiva - 08/2019



Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





**Distribuição quantitativa (% e R\$) por Instituição, por enquadramento e segmento  
Análise dos limites de alocação**

Quadro-resumo de alocações, em percentual por enquadramento e Instituição Financeira - 08/2019:

Enquadramento	Resolução 3922/2010	3.922/10	PAI	Total	CEF	BB	BBIF	LME	BNB	HAZ
RF	art. 7º, I, b	Gestão Ativa		27,03%	10,45%	16,58%				
		IRFM-1		7,45%	0,03%	7,41%				
		IRFM		3,47%	3,47%					
		IMA-B		14,05%	14,05%					
		IMA-B S		20,01%	20,01%					
		IMA-B S+		1,42%	1,42%					
		IDRA IPCA 2A		4,80%	4,80%					
		IMA-Geral		5,53%	5,53%					
		FI NTN-B (curva)		2,47%		2,47%				
	art. 7º, III, a	FI IMA-B (Ref.)	100%	100%	86,23%	59,77%	26,46%			
	FI NTN-B (curva)	60%	60%	-						
art. 7º, IV, a	FI DI			2,81%	2,81%					
				2,24%	2,24%					
art. 7º, VII, a	FIDC (cota senior)	40%	40%	5,04%	5,04%					
		5%	5%	2,07%		1,12%	0,95%			
<b>TOTAL RF</b>		-	-	<b>93,34%</b>	<b>64,81%</b>	<b>26,46%</b>	<b>1,12%</b>	<b>0,95%</b>		
RV	art. 8º, I, a	FIA (índices +50 ações)	30%	30%	1,94%	1,94%				
	art. 8º, II, a	FIA	20%	20%	1,77%	0,60%			1,17%	
	art. 8º, III	Multimercado	10%	10%	1,45%	1,45%				
	art. 8º, IV, b	FII	5%	5%	1,50%					1,50%
<b>TOTAL RV</b>		-	-	<b>6,66%</b>	<b>3,98%</b>				<b>1,17%</b>	<b>1,50%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		-	-	<b>100,00%</b>	<b>68,80%</b>	<b>26,46%</b>	<b>1,12%</b>	<b>0,95%</b>	<b>1,17%</b>	<b>1,50%</b>

Quadro-resumo de alocações, em R\$ por enquadramento e Instituição Financeira - 08/2019:

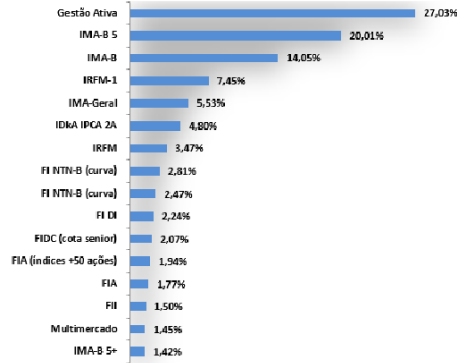
Enquadramento	Resolução 4695/2018	4.695/18	PAI	Total	CEF	BB	BBIF	LME	BNB	HAZ
RF	art. 7º, I, b	Gestão Ativa		40.300.952,87	15.580.674,82	24.720.276,05				
		IRFM-1		11.102.704,95	48.841,67	11.055.863,28				
		IRFM		5.177.987,64	5.177.987,64					
		IMA-B		20.954.581,81	20.954.581,81					
		IMA-B S		29.836.219,09	29.836.219,09					
		IMA-B S+		2.120.571,14	2.120.571,14					
		IDRA IPCA 2A		7.163.347,86	7.163.347,86					
		IMA-Geral		8.247.835,27	8.247.835,27					
		FI NTN-B (curva)		3.677.890,15		3.877.890,15				
	art. 7º, III, a	FI IMA-B (Ref.)	100%	100%	128.582.090,78	89.128.059,30	39.454.031,48			
	FI NTN-B (curva)	60%	60%	-						
art. 7º, IV, a	FI DI			4.183.652,18	4.183.652,18					
				3.333.624,88	3.333.624,88					
art. 7º, VII, a	FIDC (cota senior)	40%	40%	7.517.277,06	7.517.277,06					
		5%	5%	3.085.790,82		1.665.433,40	1.420.357,42			
<b>TOTAL RF</b>		-	-	<b>130.185.198,66</b>	<b>96.645.336,36</b>	<b>39.454.031,48</b>	<b>1.665.433,40</b>	<b>1.420.357,42</b>		
RV	art. 8º, I, a	FIA (índices +50 ações)	30%	2.886.628,76	2.886.628,76					
	art. 8º, II, a	FIA	20%	2.644.268,69	898.263,61				1.745.997,08	
	art. 8º, III	Multimercado	10%	2.157.289,95	2.157.289,95					
	art. 8º, IV, b	FII	5%	2.242.099,71						2.242.099,71
<b>TOTAL RV</b>		-	-	<b>9.930.279,11</b>	<b>5.942.182,32</b>				<b>1.745.997,08</b>	<b>2.242.099,71</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		-	-	<b>140.115.477,77</b>	<b>102.587.518,68</b>	<b>39.454.031,48</b>	<b>1.665.433,40</b>	<b>1.420.357,42</b>	<b>1.745.997,08</b>	<b>2.242.099,71</b>

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E

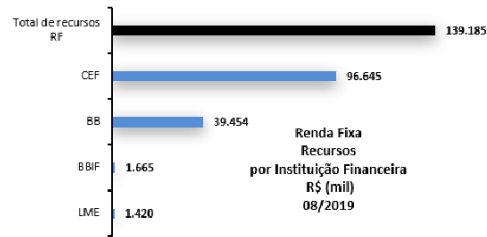
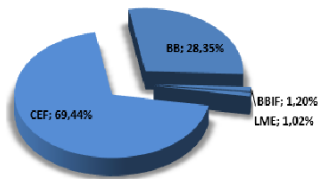




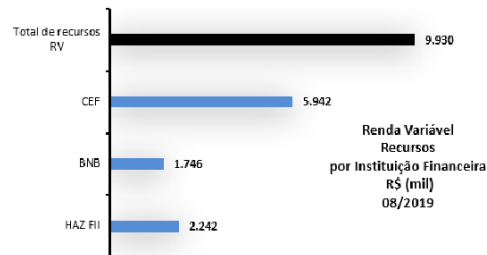
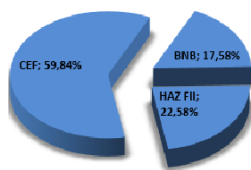
**Distribuição por modalidade (%) - 08/2019**



**Renda Fixa  
Alocação por Instituição Financeira  
08/2019**



**Renda Variável  
Alocação por Instituição Financeira  
08/2019**

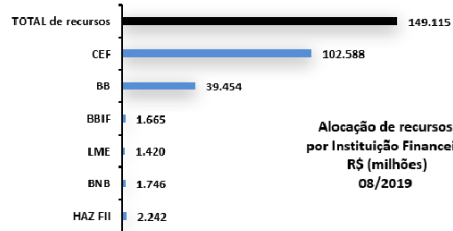
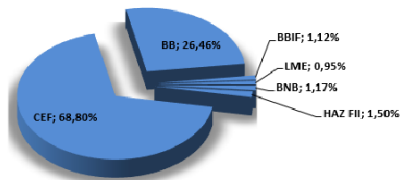


Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.idoc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





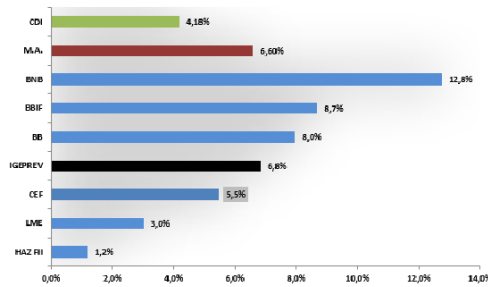
Alocação de recursos  
por Instituição Financeira  
08/2019



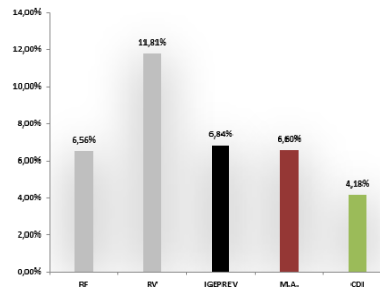
Alocação de recursos  
por Instituição Financeira  
R\$ (milhões)  
08/2019

**Desempenho da geral da carteira, por Instituição e por segmento**

Rentabilidade por Bancos - Jan a Ago 2019



Rentabilidade por segmento - Jan a Ago 2019



Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaot/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1E1E



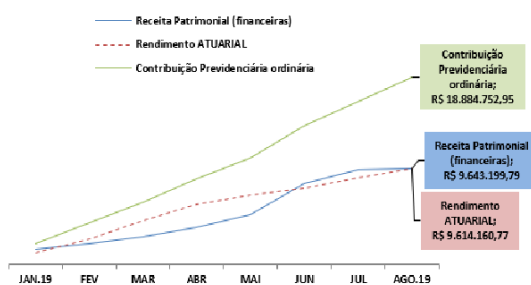




**Avaliação do desempenho atuarial  
Comparativo do desempenho financeiro sobre o atuarial**

Contabilmente a Receita Financeira de janeiro a agosto/19 do RPPS totaliza R\$ 9,643 milhões. Atuarialmente o rendimento esperado para o mesmo período é de R\$ 9,614 milhões. Desta forma, a carteira do IGEPREV rentabilizou R\$ 29 mil acima do objetivo atuarial.

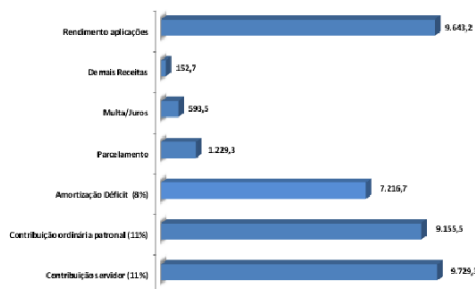
**2019 - Evolução das Receitas**



Quadro-resumo: Análise do Desempenho	
	R\$ (milhares)
PL em 31/12/18	148.238,5
PL em 31/08/19	149.115,5
Evolução do PL (c/ despesas pagas)	877,0
Contribuições Previdenciárias do Ente	18.194,9
Contribuição Previdenciária do Servidor	9.729,3
Demais receitas	152,7
Rendimento de Aplicação Financeira	9.643,2
Rendimento Atuarial programado	9.614,2
<b>Excedente sobre a meta atuarial</b>	<b>29,0</b>

**Segmentação das fontes de recursos**

Segmentação das fontes de recursos - 2019  
acumulado jan-ago (R\$ milhares)



Fontes de recursos (acumulado jan-ago/2019)	R\$ (milhares)
Pagamentos	-36.974,4
Contribuição servidor (11%)	9.729,3
Contribuição ordinária patronal (11%)	9.155,5
Amortização Déficit (8%)	7.216,7
Parcelamento	1.229,3
Multa/Juros	593,5
Demais Receitas	152,7
Rendimento aplicações	9.643,2
<b>Evolução do PL</b>	<b>876,96</b>
<b>Meta atuarial</b>	<b>716,71</b>

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1BE





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo Tempo.

**Análise quantitativa de fundos por Instituição**  
**Quadro-resumo de alocações, rentabilidade, desempenho**

Resolução 4695/2018	PAI	Ago.2019	R\$				% GDI	% M.A.	
			149.115.457,15	0,02%	6,84%	-	4,18%	6,68%	
<b>art. 7º, I, b</b>	<b>100%</b>	<b>FI 100% TTN</b>	<b>100%</b>	<b>75,78%</b>	<b>128.582.690,78</b>				
1 BB Previdenciário RF Alocação Ativa Fic FI		IMA	16,58%	24.720.278,05	0,08%	9,42%	16,13%	385,93%	244,38%
2 BB Previdenciário RF IRFM-1 TP FI		IRFM-1	7,41%	11.055.863,28	0,52%	4,47%	7,19%	172,03%	108,94%
3 BB Previdenciário FI RF TP IPCA I		IPCA+6%	1,60%	2.381.275,45	0,06%	9,43%	17,11%	409,37%	259,24%
4 BB Previdenciário FI RF TP IPCA III		IPCA+6%	0,87%	1.296.614,70	0,12%	8,31%	14,83%	354,82%	224,70%
5 Caixa Brasil IDA 2A TP RF FI		IDA IPCA 2A	4,80%	7.163.347,86	0,10%	7,06%	11,96%	286,54%	181,45%
6 Caixa Brasil IVAB 5 TP RF FI LP		IVA-B 5	20,01%	29.836.219,09	0,03%	8,22%	14,23%	340,55%	215,06%
7 Caixa Brasil IVAB 5+ TP RF FI LP		IVA-B 5+	1,42%	2.120.571,14	-0,79%	21,65%	27,45%	656,91%	587,30%
8 Caixa Brasil IVAB 5 TP RF FI LP		IVA-B	14,05%	20.954.581,91	-0,42%	16,06%	27,35%	653,13%	418,50%
9 Caixa Brasil IRFM TP RF FI		IRFM	3,47%	5.177.987,64	0,20%	6,15%	16,48%	394,26%	249,67%
0 Caixa Brasil IRFM-1 TP RF FI		IRFM-1	0,03%	46.841,67	0,52%	4,50%	7,34%	173,14%	109,64%
1 Caixa FI Brasil IMA Geral TP RF LP		IMA-Geral	5,53%	8.247.835,27	0,14%	8,73%	15,40%	388,36%	233,27%
2 Caixa FIO Brasil II Gestão Estratégica RF		IMA-Geral ex-C	10,45%	15.580.674,82	-0,13%	12,00%	16,60%	397,28%	251,58%
<b>art. 7º, IV, a</b>	<b>40%</b>	<b>FI (geral) (ATIVO)</b>	<b>48%</b>	<b>5,04%</b>	<b>7.517.277,06</b>				
3 Caixa Brasil Disponibilidades RF FI		DI	2,24%	3.333.624,88	0,43%	3,60%	5,40%	129,18%	81,81%
4 Caixa Brasil Título Público FI RF LP		DI	2,81%	4.183.652,18	0,49%	4,15%	6,20%	148,43%	93,99%
<b>art. 7º, VII, a</b>	<b>5%</b>	<b>FIDC fechado, taxa Senior</b>	<b>5,00%</b>	<b>2,87%</b>	<b>3.885.790,82</b>				
5 BBIF Master FIDC LP		-	1,12%	1.665.433,40	-0,52%	7,65%	-27,22%	-651,27%	-412,42%
6 LME IPOCA FIDC Multissetorial Senior		IPCA+7%	0,95%	1.420.357,42	0,03%	2,60%	1476,21%	35319,79%	22366,82%
<b>art. 8º, I, a</b>	<b>30%</b>	<b>FIA (mínimo 60 ações)</b>	<b>30,00%</b>	<b>1,94%</b>	<b>2.886.628,76</b>				
7 Caixa Brasil IBX 50 FIA		IBX	1,94%	2.886.628,76	-0,71%	13,27%	27,35%	654,28%	414,33%
<b>art. 8º, II, a</b>	<b>20%</b>	<b>FIA (geral)</b>	<b>20,00%</b>	<b>1,77%</b>	<b>2.644.269,69</b>				
8 BNB Seleção FIA		Ibovespa	1,17%	1.745.597,08	0,30%	12,75%	24,15%	960,58%	575,13%
9 Caixa FID Ações Valor Dividendos RPPS		Ibov	0,60%	898.263,61	1,86%	24,57%	50,41%	1206,11%	763,79%
<b>art. 8º, III</b>	<b>10%</b>	<b>Multimercado</b>	<b>10,00%</b>	<b>1,45%</b>	<b>2.157.289,95</b>				
0 Caixa Alocação Macro FIC Multimercado LP		CDI	1,45%	2.157.289,95	0,61%	12,10%	18,20%	1062,15%	629,96%
<b>art. 8º, IV, b</b>	<b>5%</b>	<b>FI</b>	<b>5,00%</b>	<b>1,56%</b>	<b>2.242.099,71</b>				
1 HAZ FI		-	1,56%	2.242.099,71	0,00%	1,13%	1,28%	30,56%	19,35%
<b>Total da carteira c/c</b>			<b>89,55%</b>	<b>149.115.437,77</b>					
<b>Total geral da carteira</b>				<b>149.115.457,15</b>					
<b>Total RF</b>			<b>82,89%</b>	<b>139.185.158,66</b>					
<b>Total RV</b>			<b>6,68%</b>	<b>9.930.279,11</b>					

Este documento foi assinado digitalmente por WILLIAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaotv> e informe o código 44F5-BABC-3656-E-IBE

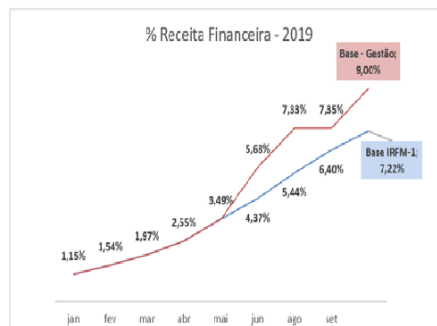
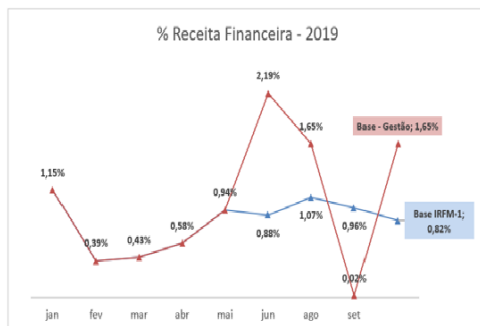
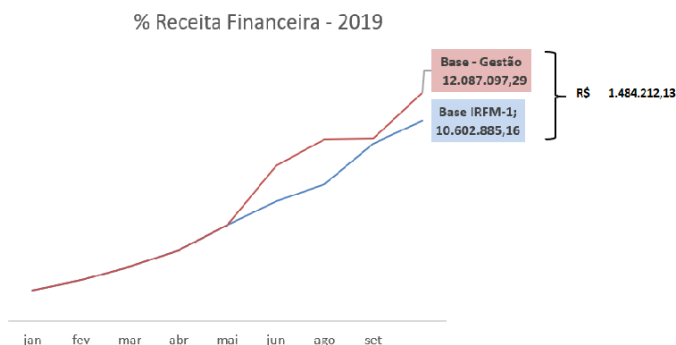




**Comparativo nova gestão:**

A partir de junho o IGEPREV passou a imprimir em sua gestão uma estratégia de alocação mais diversificada, buscando alongar os prazos dos ativos renda fixa de sua carteira. Este movimento em junho representou um ganho excedente de R\$ 1,7 milhão. No período, junho-agosto/19, R\$ 1,5 milhão.

A alocação histórica em ativos vinculados ao IRFM-1 saiu de 68% para 7%, sendo extratificado para indicadores em ativos vinculados ao IMA-B, IMA-B 5, IMA-B 5+, IRFM, IMA-Geral, IDKa IPCA 2A e Gestão estratégica da CEF.



Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





Limites de aplicação e diversificação aprovadas (art. 4º, IV)  
Opções da Resolução (Quadro Resumo, art. 7º e 8º) (Resumo Analítico)

Resolução 3.922/2010	Resolução 4.392/2014	Resolução nº 4.604/2017	Resolução nº 4.695/2018
100% RF (art. 7º, I, a) - TTN	100% RF (art. 7º, I, a) - TTN	100% RF (art. 7º, I, a) - TTN	100% RF (art. 7º, I, a) - TTN
100% RF (art. 7º, I, b) - FI 100% TTN	100% RF (art. 7º, I, b) - FI 100% TTN	100% RF (art. 7º, I, b) - FI 100% TTN	100% RF (art. 7º, I, b) - FI 100% TTN
100% RF (art. 7º, I, c) - ETS 100% TTN	100% RF (art. 7º, I, c) - ETS 100% TTN	100% RF (art. 7º, I, c) - ETS 100% TTN	100% RF (art. 7º, I, c) - ETS 100% TTN
15% RF (art. 7º, II) - Operações Comprimadas 100% TTN	15% RF (art. 7º, II) - Operações Comprimadas 100% TTN	5% RF (art. 7º, II) - Operações Comprimadas 100% TTN	5% RF (art. 7º, II) - Operações Comprimadas 100% TTN
80% - 20% RF (art. 7º, III, a) - FI RF "Referenciado"	80% - 20% RF (art. 7º, III, a) - FI RF "Referenciado"	60% RF (art. 7º, III, a) - FI ("Referenciado")	60% RF (art. 7º, III, a) - FI ("Referenciado")
80% - 20% RF (art. 7º, III, b) - ETS RF "Referenciado"	80% - 20% RF (art. 7º, III, b) - ETS RF "Referenciado"	60% RF (art. 7º, III, b) - ETS ("Referenciado") 20% CDB	60% RF (art. 7º, III, b) - ETS ("Referenciado") 20% CDB
30% - 20% RF (art. 7º, IV, a) - FI RF - Geral	30% - 20% RF (art. 7º, IV, a) - FI RF - Geral	40% RF (art. 7º, IV, a) - FI (geral) [ATVQ]	40% RF (art. 7º, IV, a) - FI (geral) [ATVQ]
30% - 20% RF (art. 7º, IV, b) - ETS - Demais Indicadores RF	30% - 20% RF (art. 7º, IV, b) - ETS - Demais Indicadores RF	40% RF (art. 7º, IV, b) - ETS (demais indicadores de RF) 20% CDB	40% RF (art. 7º, IV, b) - ETS (demais indicadores de RF) 20% CDB
20% RF (art. 7º, V, a) - Poupança	20% RF (art. 7º, V, a) - Poupança	20% RF (art. 7º, V, a) - Poupança	20% RF (art. 7º, V, a) - Poupança
20% RF (art. 7º, V, b) - Letras Imobiliárias Garantidas	20% RF (art. 7º, V, b) - Letras Imobiliárias Garantidas	20% RF (art. 7º, V, b) - Letras Imobiliárias Garantidas	20% RF (art. 7º, V, b) - Letras Imobiliárias Garantidas
15% RF (art. 7º, VI) - FDC aberto, cota Senior e subordinada	15% RF (art. 7º, VI) - FDC aberto, cota Senior	15% RF (art. 7º, VI, a) - CDB	15% RF (art. 7º, VI, a) - CDB
5% RF (art. 7º, VI, b) - FDC fechado, cota Senior ou subordinada	5% RF (art. 7º, VI, b) - FDC fechado, cota Senior	5% RF (art. 7º, VI, b) - FDC fechado, cota Senior	5% RF (art. 7º, VI, b) - FDC fechado, cota Senior
5% RF (art. 7º, VI, c) - FI "Crédito Privado"	5% RF (art. 7º, VI, c) - FI "Crédito Privado"	5% RF (art. 7º, VI, c) - FI "Crédito Privado"	5% RF (art. 7º, VI, c) - FI "Crédito Privado"
30% - 20% RV (art. 8º, I) - FIA Referenciados (Bovespa, B3X ou B3X-50)	30% - 20% RV (art. 8º, I) - FIA Referenciados (Bovespa, B3X ou B3X-50)	30% RV (art. 8º, I, a) - FIA (mínimo 50 ações)	30% RV (art. 8º, I, a) - FIA (mínimo 50 ações)
20% RV (art. 8º, II) - FIA de Índices (Bovespa, B3X ou B3X-50)	20% RV (art. 8º, II) - FIA de Índices (Bovespa, B3X ou B3X-50)	20% RV (art. 8º, II, a) - FIA (geral)	20% RV (art. 8º, II, a) - FIA (geral)
15% RV (art. 8º, III) - FIA	15% RV (art. 8º, III) - FIA	10% RV (art. 8º, III) - Multi Mercado	10% RV (art. 8º, III) - Multi Mercado
5% RV (art. 8º, IV) - FI MM, aberto	5% RV (art. 8º, IV) - FI MM, aberto	5% RV (art. 8º, IV) - FI MM, aberto	5% RV (art. 8º, IV) - FI MM, aberto
5% RV (art. 8º, V) - FIP, fechado	5% RV (art. 8º, V) - FIP, fechado	5% RV (art. 8º, V) - FIP, fechado	5% RV (art. 8º, V) - FIP, fechado
5% RV (art. 8º, VI) - FI	5% RV (art. 8º, VI) - FI	5% RV (art. 8º, VI) - FI	5% RV (art. 8º, VI) - FI
			10% RV (art. 8º, VII) - FI "Investimento no Exterior"
			RV (art. 8º, VIII) - Ações BDR Nivel 1

Este documento foi assinado digitalmente por WILLIAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1E





Alocações aprovadas para 2020

**Resolução nº 4.695/2018**

100%	RF (art. 7º, I, a) – TTN
100%	RF (art. 7º, I, b) – FI 100% TTN
100%	RF (art. 7º, I, c) – ETF (100% TPF, 0% CDI)
5%	RF (art. 7º, II) – Operações Compromissadas 100% TTN
60%	RF (art. 7º, III, a) – FI ("Referenciado")
60%	RF (art. 7º, III, b) – ETF ("Referenciado") (0% CDI)
40%	RF (art. 7º, IV, a) – FI [geral] (ATIVO)
40%	RF (art. 7º, IV, b) – ETF (demais indicadores de RF) (0% CDI)
20%	RF (art. 7º, V, b) – Letras Imobiliárias Garantidas
15%	RF (art. 7º, VI, a) – CDB
15%	RF (art. 7º, VI, b) – Poupança
5%	RF (art. 7º, VII, a) – FIDC fechado, cota Senior
5%	RF (art. 7º, VII, b) – FI "Crédito Privado"
5%	RF (art. 7º, VII, c) – FI Debêntures de Infraestrutura
30%	RV (art. 8º, I, a) – FIA (mínimo 50 ações)
30%	RV (art. 8º, I, b) – ETF (mínimo 50 ações)
20%	RV (art. 8º, II, a) – FIA [geral]
20%	RV (art. 8º, II, b) – ETF Ações
10%	RV (art. 8º, III) – Multimercado
5%	RV (art. 8º, IV, a) – FIP
5%	RV (art. 8º, IV, b) – FII
5%	RV (art. 8º, IV, c) – FIA - "Mercado de Acesso"
	RV (art. 9º, I) – FI - "RF Dívida EXTERNA"
10%	RV (art. 9º, II) – FI - "Investimento no Exterior"
	RV (art. 9º, III) – Ações BDR Nível I

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





Limites de aplicação e diversificação aprovadas (art. 4º, IV)  
Limite inferior, superior e estratégia alvo (Estratégias de Alocação) (Anexo P.I.)

Resolução nº 4.695 de 27.11.2018				
Limites - 2019		Inferior	Alvo	Superior
> I.P.E.	<i>L.a</i>	0,00%	45%	100%
> FI - 100% em I.P.E. (0% CDI)	<i>L.b</i>	0,00%	10%	100%
> ETF Referenciados (0% CDI)	<i>L.c</i>	0,00%	0%	0%
> Operações Compromissadas	<i>II</i>	0,00%	1%	5%
> FI Referenciados BE (0% CDI) (ativo)	<i>III.a</i>	0,00%	5%	60%
> ETF Referenciados BE (0% CDI) (passivo)	<i>III.b</i>	0,00%	0%	0%
> FIBE (ativo)	Artigo 7º <i>IV.a</i>	0,00%	10%	40%
> ETF BE (passivo)	<i>IV.b</i>	0,00%	0%	0%
> LIG - Letra Imobiliária Garantida	<i>V</i>	0,00%	0%	0%
> CDB	<i>VI.a</i>	0,00%	0%	0%
> Poupança	<i>VI.b</i>	0,00%	0%	0%
> FIDC - cota senior (fechado)	<i>VII.a</i>	0,00%	5%	5%
> FIRF Crédito Privado	<i>VII.b</i>	0,00%	5%	5%
> FI Debêntures Infraestrutura	<i>VII.c</i>	0,00%	0%	5%
> FIA (Índices com mínimo de 50 ações)	<i>L.a</i>	0,00%	5%	10%
> ETE (Índices com mínimo de 50 ações)	<i>L.b</i>	0,00%	0%	0%
> CIA (até 20% dos ativos no exterior)	Artigo 8º <i>II.a</i>	0,00%	20%	20%
> ETE Ações	<i>II.b</i>	0,00%	0%	0%
> Multimercado (até 20% dos ativos no exterior)	<i>III</i>	0,00%	8%	10%
> FIP	<i>IV.a</i>	0,00%	5%	5%
> EII	<i>IV.b</i>	0,00%	5%	5%
> FI - "BF Dívida Externa"	Artigo 5º <i>I</i>	0,00%	3%	10%
> FI - "Investimento no Exterior"	<i>II</i>	0,00%	3%	10%
> FI - Ações BDR Nível I	<i>III</i>	0,00%	3%	10%

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





Metodologias e critérios de avaliação de riscos (*Resumo Analítico*)  
Investimento, carregamento, desinvestimento e formação de preços (*Estratégias Descritivas*)

Resolução nº 4.695 de 27.11.2018						
2019		Estratégias de investimento	Carregamento de posição	Desinvestimento	Formação de preço	
> I.P.E.	Artigo 7º	L.A	Taxa líquida de retorno acima de 6% aa	Levar até o vencimento.	No vencimento do TDF.	Valor nominal contratado.
> FI - 100% em I.P.E. (0% CDI)		L.B	Mix de investimento atrelado à juros.	Manutenção, com balanceamento de carteira, conforme variação de juros.	Liquidação no vencimento para Fidejútice. Os demais, liquidação diária.	Marcação e mercado
> Liberções Loteadas		#	Taxa líquida de retorno acima de 6% aa	Levar até o vencimento.	No vencimento do contrato.	Marcação e mercado
> FI Bônus via Juro BFC (0% CDI) (ativo)		#.A	Mix de investimento atrelado à juros.	Manutenção, com balanceamento de carteira, conforme variação de juros.	Liquidação diária	Marcação e mercado
> FIBE (ativo)		#.B	Mix de investimento atrelado à juros.	Manutenção, com balanceamento de carteira, conforme variação de juros.	Liquidação no vencimento para Fidejútice. Os demais, liquidação diária.	Valor nominal contratado e Marcação e mercado
> EILC (cota senior fechada)		#.C	Taxa líquida de retorno acima de 6% aa	Levar até o vencimento.	No vencimento do contrato.	Marcação e mercado
> FIF Crédito Privado		#.D	Posição defensiva com ganho sobre o CDI	Levar até o vencimento.	No vencimento do contrato.	Marcação e mercado
> FI Debêntures Infraestruturas		#.E	Taxa líquida de retorno acima de 6% aa	Levar até o vencimento.	No vencimento do contrato.	Marcação e mercado
> FIP (índice com mínimo de 50 ações)	Artigo 8º	L.A	Mix de investimento atrelado à bolsa, com estratégias diversificadas.	Manutenção, considerando amolidade das carteiras pelo gestor.	Liquidação diária	Marcação e mercado
> EIB (até 20% dos ativos no exterior)		L.B	Mix de investimento atrelado à bolsa, com estratégias diversificadas.	Manutenção, considerando amolidade das carteiras pelo gestor.	Liquidação diária	Marcação e mercado
> Multimercado (até 20% dos ativos no exterior)		#	Mix de investimento atrelado à bolsa e bônus, com estratégias diversificadas.	Manutenção, considerando amolidade das carteiras, conforme variação do risco de mercado.	Liquidação diária	Marcação e mercado
> FIF		#.A	Mix de investimento estruturado com estratégias diversificadas.	Levar até o vencimento.	No vencimento do contrato.	Marcação e mercado
> EII		#.B	Investimento atrelado à juros.	Levar até o vencimento.	No vencimento do contrato.	Marcação e mercado

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaos/> e informe o código 44F5-BAB8-3656-E15E





Metodologias e critérios de avaliação de riscos (*Resumo Analítico*)  
Vedações, restrições e limites estabelecidos (*Estratégias Descritivas*)

Tendo o segmento de RPPS um sólido arcabouço legal com uma legislação própria para tratar dos investimentos, o IGEPREV segue regularmente os limites de aplicação e diversificação estabelecidos pela Resolução BACEN nº 3.922 de 25.11.2010, alterada pelas Resoluções BACEN nº 4.392 de 19.12.2014, nº 4.604 de 19.10.17 e nº 4.695 de 27.11.18, conforme Quadro abaixo.

RENDA FIXA - 4695/2018												
Artigo - 7º	Ativos	Limites										
		Ordinário	Pré-gestão								Diversificação	
			Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV						
I, a	> <b>Títulos Públicos Federais</b> (T.P.F.)	100%										-
I, b	> FI <b>Renda Fixa</b> - 100% em T.P.F.	100%										15% - PL FI
I, c	> FI <b>Índice de Renda Fixa</b> - 100% em T.P.F.	100%										15% - PL FI
II	> <b>Operações Compromissadas</b> - 100% em T.P.F.	5%										-
III, a (art. 13) (II, §3º, art. 7º)	> FI de <b>Renda Fixa Referenciados</b> , baixo risco de crédito (0% a 50% - crédito privado) (100% - IMA/JDKA e 0% CDI, IMA-S)	60% (20%)	65% (20%)	70% (20%)	75% (20%)	80% (20%)						15% - PL FI
III, b (art. 13) (II, §3º, art. 7º)	> FI <b>Índice de Renda Fixa</b> , baixo risco de crédito (0% a 50% - crédito privado) (100% - IMA/JDKA e 0% CDI, IMA-S)	60% (20%)	65% (20%)	70% (20%)	75% (20%)	80% (20%)						
IV, a (art. 13) (II, §3º, art. 7º)	> FI de <b>Renda Fixa</b> , baixo risco de crédito (0% a 50% - crédito privado)	40% (20%)	45% (20%)	50% (20%)	55% (20%)	60% (20%)						15% - PL FI
IV, b (art. 13) (II, §3º, art. 7º)	> FI <b>Índice de Renda Fixa</b> , baixo risco de crédito (0% a 50% - crédito privado)	40% (20%)	45% (20%)	50% (20%)	55% (20%)	60% (20%)						
V, b	> <b>Letras Imobiliárias Garantidas</b>	20%										-
VI, a	> CDB	15% (FGC)										-
VI, b	> <b>Poupança</b>	15% (FGC)										15% - PL FI
VII, a	> <b>15% das Cotas Seniores FIDC</b> de baixo risco de crédito - <b>condomínio fechado</b>	5%		5%		10%		15%		20%		5% - PL FI
VII, b	> FI de Renda Fixa, baixo risco de crédito - " <b>crédito privado</b> "	5%	15%	10%	20%	15%	25%	20%	30%	25%	35%	5% - PL FI
VII, c	> FI de Renda Fixa - " <b>85% debêntures infraestrutura</b> "	5%		5%		10%		15%		20%		5% - PL FI

Este documento foi assinado digitalmente por WILLIAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaodoc/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E







RENDA VARIÁVEL - 4695/2018							
Artigo - 8º	Ativos	Limites					
		Ordinário	Pró-gestão				Diversificação
			Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV	
I, a	> FIA (índices + 50 ações)	30% (20%)	35% (20%)	40% (20%)	45% (20%)	50% (20%)	15% - PL FI
I, b	> ETF (índices + 50 ações)	30% (20%)	35% (20%)	40% (20%)	45% (20%)	50% (20%)	
II, a	> FIA (geral) (ATIVO)	20%	25%	30%	35%	40%	
II, b	> ETF (ações)	20%	25%	30%	35%	40%	
III	> Fundos <u>Multimercado</u>	10%				15%	5% - PL FI
IV, a	> FIP	5%		10%	20%	15%	
IV, c	> FIA - "Mercado de Acesso"	5%		10%		15%	
IV, b	> FII	5%	10%	15%	20%		

Investimentos no Exterior - 4695/2018							
Artigo - 9º	Ativos	Limites					
		Ordinário	Pró-gestão				Diversificação
			Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV	
I	> FI - "Renda Fixa - Dívida Externa"	10%	10%	10%	10%	10%	15% - PL FI
II	> FI - "Investimento no Exterior"						
III	> FIA - "Ações BDR - Nível I"						

Este documento foi assinado digitalmente por WILLIAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





## Metodologias e critérios de avaliação de riscos (Resumo Analítico)

Critérios de credenciamento e seleção de ativos; diversificação, risco de crédito e qualidade da gestão (Estratégias Descritivas)

Continuamos a utilizar, como primeiro elemento de seleção, a relação dos maiores bancos do Sistema Financeiro Nacional por Patrimônio Líquido, divulgada pelo BACEN, mantendo os mesmos princípios decididos em reunião do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva e do Conselho Municipal de Previdência, e transformados em Portaria IGEPREV/PE nº 007 de 16.01.2018: aplicar os recursos do IGEPREV junto às Instituições Financeiras com PR-I (Patrimônio de Referência nível I) superior a R\$ 10 bilhões e estar, pelo menos, na função de administradores dos fundos de investimentos, sem prejuízo das demais funções (gestão e custódia, dentre outras). Desta forma, seguindo esses princípios e baseado na atual relação do BACEN, de junho/16, ficou decidido, na 25ª Reunião do Comitê de Investimentos em 08/09/2016, bem como que as entidades autorizadas a trabalhar com o IGEPREV passam a ser: **BB, CEF, Itaú, Bradesco, BTG Pactual, Santander e Safra**, pois representam, não apenas, a **solidez patrimonial** desejada, como também o expressivo **volume de recursos administrados** e a **larga experiência no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros**.

Relatório	Relator	Função	DT	TC	Resposta	Cidade	UF	CE	Out	Data	Ativo Total	Ativo Total (E) Referencial	Despesa Total	#Admissões	PR nível I	Limite	Data	Índice de Solidez	Índice de Rentabilidade	Índice de Liquidez
ITAU		C	1	199		SÃO PAULO	SP			2016/04	1.324.027.124	1.396.239.017	347.207.046	126.074.230	122.149.072	9.238.491	2016/04	18,0	24,3	2,653
BB		L	1	190		BRASILIA	DF			2016/06	1.402.960.889	1.310.477.426	442.990.869	73.492.042	69.390.277	4.800.192	2016/06	16,4	19,9	9.444
BRDES		E	2	190		SPANHOL	ES			2016/06	950.790.243	1.070.160.280	180.770.390	96.390.193	96.390.193	8.250.000	2016/06	17,6	30,8	4.451
BACEN		L	1	1		SÃO DE NEVES	RJ			2016/04	939.610.081	939.610.081	10.000.000	16.879.950	70.040.141	0	2016/04	14,0	11,8	1,0
SANTANDER		C	1	199		SÃO PAULO	SP			2016/04	640.000.000	644.269.168	135.000.000	64.910.400	77.314.903	2.566.000	2016/04	17,6	17,4	2.658
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		L	1	1		BRASILIA	DF			2016/06	1.214.044.201	1.104.100.471	40.130.104	29.890.270	49.000.000	1.917.040	2016/06	17,7	17,1	1.461
BTG PACTUAL		C	1	194		SÃO DE NEVES	RJ			2016/04	67.100.000	179.416.208	46.537.174	20.881.000	70.000.000	7.000.000	2016/04	13,8	37,6	1,1
SIFRA		C	1	199		SÃO PAULO	SP			2016/04	125.000.000	123.208.769	6.967.332	9.461.616	10.000.000	830.000	2016/04	16,1	20,9	112
HSBC		C	1	199		LONDRES	RE			2016/04	151.148.981	147.140.929	20.147.989	9.803.846	8.208.153	759.279	2016/04	13,7	14,0	354
ITIBRA		E	1	190		SÃO PAULO	SP			2016/06	110.000.000	103.200.000	180.000.000	8.200.000	8.200.000	300.000	2016/06	13,0	14,0	100
VICTORIA		C	1	199		SÃO PAULO	SP			2016/04	100.000.000	95.000.000	3.000.000	8.200.000	8.200.000	200.000	2016/04	14,9	13,3	10
BAN ITAÚ		C	1	199		SANTO ALBERTO	RS			2016/04	44.443.879	66.663.179	19.993.244	6.443.422	5.294.866	109.000	2016/04	14,7	11,9	200
BDO CLASSICO S.A.		L	1	1		SÃO DE NEVES	RJ			2016/04	6.400.000	6.400.000	14	4.900.000	4.900.000	11.000	2016/04	41,6	0,0	1
FUNDIUM S.A.		E	1	190		SÃO PAULO	SP			2016/06	41.100.000	14.500.000	2.000.000	4.100.000	4.100.000	200.000	2016/06	10,4	7,7	0
CIERTI S.A. CRI		L	1	14		SÃO PAULO	SP			2016/04	3.000.000	3.000.000	0	3.000.000	3.000.000	100.000	2016/04	53,1	0,9	
CIERTI S.A. CRI		C	1	199		SÃO PAULO	SP			2016/04	41.100.000	41.100.000	4.500.000	3.674.475	3.674.475	100.000	2016/04	17,1	7,1	6
ITAU PLAN		L	1	190		SÃO PAULO	SP			2016/06	20.000.000	19.000.000	4.000.000	2.000.000	2.000.000	100.000	2016/06	17,7	10,1	40
ITAU ECONOMIA SOCIAL E SOLIDARIA S.A.		L	1	18		SÃO PAULO	SP			2016/06	40.000.000	40.000.000	100.000	100.000	100.000	100.000	2016/06	17,9	4,8	10
BDO FINANÇAS S.A.		L	1	2		BRASIL	DF			2016/04	12.000.000	12.000.000	2.000.000	1.997.979	1.997.979	100.000	2016/04	17,2	8,7	121
ABC-BRASIL		C	1	199		SÃO PAULO	SP			2016/04	22.746.911	22.746.911	3.755.942	3.600.000	3.600.000	100.000	2016/04	18,0	11,1	6
ITAU VESTIMENTARIA S.A.		L	1	18		SÃO PAULO	SP			2016/06	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	100.000	2016/06	21,7	8,7	5
BBP TARSIS		C	1	199		SÃO PAULO	SP			2016/04	61.996.810	30.423.040	1.999.230	2.789.016	2.789.016	100.000	2016/04	21,1	1,7	9
BB ABOCINHA DO EXTERNO S.A.		L	1	5		SANTO ALBERTO	RS			2016/04	15.716.000	15.716.000	0	3.000.000	3.000.000	77.000	2016/04	14,8	11,1	9
MONDAY STANLEY		C	1	199		SÃO PAULO	SP			2016/04	11.013.999	9.040.701	1.048.291	2.613.330	2.409.570	110.000	2016/04	30,1	0,9	2

São conceitos elementares para o credenciamento, elencados desde o início da regulamentação dos investimentos dos RPPS para definir a escolha das melhores e mais conceituadas Instituições Financeiras do mercado, – **Resolução 2.652 de 23.09.99 (art. 4º, I)**; **Resolução 2.661 de 28.10.04 (art. 6º, II)** e **Resolução 3.506 de 26.10.07 (art. 22º, I, a)**. Continuamos a acreditar nesses princípios e defendê-los no balizamento de nossas decisões, pois pretendemos aplicar nossos recursos sob “**condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência**” (art. 1º, **Resolução 3922/10**).

No entanto, estar selecionada, não implica estar credenciada para trabalhar com o IGEPREV. Necessário se faz oferecer opções de investimentos compatíveis com a Política de Investimentos em vigor, representar e defender adequadamente os interesses da autarquia nos produtos sob sua administração, primar pela transparência das informações e em suas atividades, bem como, exercer em sua melhor forma, o compromisso fiduciário assumido com os cotistas.

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAVES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://petrolina.1doc.com.br/verificacao e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1BE





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo Tempo.

Posição em junho/julho de 2016				
Banco	Solidez patrimonial (R\$ bilhões)	Volume recursos administrados (R\$ bilhões)	administração de recursos de terceiros (data fundação)	
ITAÚ	R\$ 136	R\$ 686	02/01/1945	71 anos
BRADESCO	R\$ 125	R\$ 552	15/05/1857	159 anos
BB	R\$ 103	R\$ 674	12/10/1808	208 anos
SANTANDER	R\$ 72	R\$ 233	10/03/1943	73 anos
CEF	R\$ 62	R\$ 272	12/01/1861	155 anos
BTG PACTUAL	R\$ 25	R\$ 76	1983	33 anos
SAFRA	R\$ 12	R\$ 63	1955	61 anos

Fonte: BACEN e ANBIMA

Antes do credenciamento definitivo, devemos observar as obrigações constantes na Portaria nº 300 de 03.07.15 (altera a Portaria 519/2011), em seu art. 6º-E, incisos I, II e III, que determina que se efetue análise e credenciamento de administradores ou gestores, bem como dos fundos de investimentos operados pelo RPPS. Para cada aprovação deverá, o RPPS, emitir o "Atestado de Credenciamento".

Utilizando dados recentes, ago./2019, divulgados pela ANBIMA, observamos que as instituições selecionadas pelo IGEPREV administram 95% dos recursos de RPPS, R\$ 164,5 Bilhões, conforme quadro abaixo. Entre os administradores de recursos de terceiros em fundos de investimentos, clubes de investimentos e carteiras administradas, encontramos 28 instituições listadas pela ANBIMA em agosto/19. Aqueles que atendem os RPPS somam apenas 18, conforme quadro abaixo.

ANBIMA » Fundos de Investimento   Rankings				
Ranking Global de Administração de Recursos de Terceiros				
Dados em R\$ milhões				
Ordem	Administrador	Total Global de Ativos (*)	RPPS	%
1	BB DTVM S.A	1.043.840,4	62.058,3	37,73%
2	ITAU UNIBANCO SA	778.572,4	97,7	0,06%
3	BRADESCO	573.450,5	9.935,0	6,04%
4	CAIXA	426.676,3	78.070,9	47,46%
5	BANCO SANTANDER (BRASIL) SA	321.062,1	3.111,4	1,89%
6	BEM	314.780,8	5.299,2	
7	INTRAG	309.335,6	29,5	
8	BNY MELLON SERVICOS FINANCIEROS DTVM SA	223.808,1	1.088,3	
9	BTG PACTUAL	147.276,8	1.259,6	0,77%
10	SAFRA	100.018,1	713,6	0,43%
11	CREDIT SUISSE HEDGING GRIFFO COR VAL S.A	74.373,0	-	
12	BNP PARIBAS	66.012,4	809,9	
13	VOTORANTIM ASSET	38.600,3	30,8	
14	MODAL	33.437,1	-	
15	SUL AMERICA INVESTIMENTOS	31.106,2	14,7	
16	WESTERN ASSET	26.829,7	412,5	0,25%
17	GA INDOSUEZ WEALTH (BRAZIL) S.A. DTVM	11.009,1	-	
18	ALFA	7.451,0	-	
19	GENIAL INVESTIMENTOS CORR DE VAL MOB	5.164,1	17,0	
20	BANESTES	4.795,1	987,5	
21	NECTON INVESTIMENTOS	3.706,7	-	
22	MAGLIANO	2.400,2	-	
23	JMALUCELLI INVESTIMENTOS	2.385,8	40,0	
24	BANCO FATOR	2.250,6	-	
25	BRB DTVM	1.975,7	518,8	
26	COINVALORES	1.416,9	-	
27	TAQUARI ADM DE CARTEIRAS DE VALORES MOB	307,2	-	
28	MERCANTIL DO BRASIL CORRETORA S.A CTVM	255,1	-	
	<b>Total</b>	<b>4.552.297,4</b>	<b>164.494,6</b>	<b>95%</b>

\*Medido pelo valor dos ativos em portfólio (exceto cotas de fundos de investimento)

Este documento foi assinado digitalmente por WILLIAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





Previdência do Servidor, Construindo Um Novo Tempo.

Para dimensionar o universo de gestores de fundos de investimentos no Brasil, segundo dados da ANBIMA de ago./19, são 647 instituições financeiras e Assets no mercado nacional. Atendendo aos RPPS, são 96 gestores, com R\$ 170,2 bilhões sob gestão, conforme quadro abaixo:

ANBIMA » Fundos de Investimento   Rankings					Instituições Financeiras e Assets - R\$ milhões					Ago/19				
Ranking de Gestão de Fundos de Investimento					Instituições Financeiras e Assets - R\$ milhões					Ago/19				
RANK	Ordem	Geral	Gestor	R\$			%	RANK	Ordem	Gestor	R\$			%
				Total	RPPS	Total					Total	RPPS	Total	
1	4		<b>CADIA</b>	<b>363.323,32</b>	<b>76.394,05</b>	<b>44,31%</b>	49	63	ANTEPRAL INVESTIMENTOS	4.834,371	47,62			
2	1		<b>DD DTVM S.A</b>	<b>1.038.631,62</b>	<b>60.306,07</b>	<b>35,37%</b>	50	371	CRP	20.140	46,30			
3	3		<b>BRAIESCO</b>	<b>577.726,51</b>	<b>10.776,25</b>	<b>6,32%</b>	51	225	CADENCE GESTORA DE RECURSOS LTDA	608,31	41,36			
4	43		<b>BRASFIN</b>	11.534,31	4.213,30		52	163	ANA LUCELLI INVESTIMENTOS	1.231,95	38,99			
5	5		<b>BANCO SANTANDER (BRASIL) SA</b>	<b>253.771,04</b>	<b>2.847,72</b>	<b>1,67%</b>	53	390	M SQUARE GLCBAL INVESTIMENTOS LTDA	176,73	38,88			
6	24		<b>VINCI PARTNERS</b>	<b>25.170,49</b>	<b>1.241,76</b>	<b>0,73%</b>	54	143	TCC	1.939,87	36,05			
7	31		<b>LATAM INVESTIMENTOS</b>	27.549,01	1.131,00		55	70	PETRA ASSET GESTAO DE INVESTIMENTOS LTDA	5.693,32	33,08			
8	6		<b>BTG PACTUAL</b>	<b>108.550,29</b>	<b>1.113,92</b>	<b>0,65%</b>	56	9	KINEA INVESTIMENTOS LTDA	63.323,87	30,45			
9	32		<b>AZ QUEST INVESTIMENTOS</b>	<b>18.813,70</b>	<b>1.040,38</b>	<b>0,61%</b>	57	56	FRANKLIN TEMPLETON INVESTIMENTOS BRASIL	7.332,88	28,10			
10	19		<b>WESTERN ASSET</b>	<b>38.367,55</b>	<b>1.013,42</b>	<b>0,30%</b>	58	454	BRE - BRASULIM REAL ESTATE INVESTMENTS	36,82	27,83			
11	32		<b>BANCO LIO</b>	4.326,14	308,73		59	72	PERFUM ALUMINIUM ALUMINUM HELIUS LTDA	3.846,30	25,25			
12	165		<b>TRU CAPITAL GESTAO DE RECURSOS</b>	1.463,45	610,68		60	205	ATRIO GESTORA DE ATIVOS LTDA	538,50	23,75			
13	20		<b>SIL AMERICA INVESTMENTS DTVM</b>	32.481,02	731,95		61	13	VOTANTAS ASSET	48.678,70	22,68			
14	7		<b>SAFRA</b>	<b>100.216,23</b>	<b>713,78</b>	<b>0,42%</b>	62	81	DUFO PRETO INVESTIMENTOS	4.936,65	21,90			
15	235		<b>QUELUS ASSET MANAGEMENT</b>	624,11	503,63		63	160	EQUITY ASSET FILITDA	1.668,71	16,93			
16	63		<b>CAPITANIA</b>	67,74	481,70		64	480	CANARGUE ASSET MANAGEMENT LTDA	37,33	15,25			
17	23		<b>PATRIA INVESTIMENTOS</b>	28.537,72	423,59		65	394	MULTIINVEST CAPITAL	8.159	12,91			
18	53		<b>BRIQ GESTAO DE PRODUTOS ESTRUTURADOS</b>	9.884,16	384,28		66	102	NAVICAPITAL	3.633,48	11,91			
19	247		<b>INFINITY ASSET</b>	351,12	362,56		67	504	MACROINVEST GESTAO DE RECURSOS LTDA	40,21	10,87			
20	74		<b>SCRIFI</b>	3.942,19	351,30		68	73	BRASIL PLURAL	5.537,39	9,15			
21	243		<b>CONSTANCIA NP INVESTIMENTOS</b>	<b>686,22</b>	<b>357,83</b>	<b>0,21%</b>	69	572	SECURITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA	9,33	6,82			
22	305		<b>GRAP-PR INVESTIMENTOS LTDA</b>	574,73	354,00		70	485	PRCPPIO CAPITAL GESTAO DE RECURSOS LTDA	33,78	6,51			
23	54		<b>BNB</b>	8.555,95	253,61		71	33	SCHRODER BRASIL	17.825,67	7,85			
24	624		<b>NETRAGOCET MANAGEMENT LTDA</b>	620,14	241,62		72	30	RIQAS GESTORA	20.036,48	7,03			
25	76		<b>OF GESTAC DE RECURSOS S/A</b>	5.262,52	228,49		73	48	GAVEA INVESTIMENTOS LTDA	9.303,01	7,45			
26	372		<b>FRIO GESTAO DE RECURSOS S/A</b>	201,22	188,84		74	80	AF INVEST ADMINISTRACAO DE RECURSOS	5.002,25	7,08			
27	33		<b>OCCAVY BRASIL GESTAO DE RECURSOS LTDA</b>	4.388,67	196,44		75	233	IDEAL INVEST S.A.	694,13	6,85			
28	341		<b>HORLUS INVESTIMENTOS GEET DE RECURSOS LTDA</b>	2.711,98	195,41		76	74	BANCO DO DTVM	5.375,38	6,64			
29	116		<b>BRIQ INVESTIMENTOS LTDA</b>	2.002,71	143,91		77	177	SOLIS INVESTIMENTOS	1.327,21	6,61			
30	34		<b>ARX INVESTIMENTOS LTDA</b>	17.301,68	139,87		78	58	NOVA SRM	1.581,57	5,26			
31	15		<b>BNP PARIBAS</b>	41.496,77	138,27		79	21	MODAL	32.779,35	5,26			
32	405		<b>AS GESTAO DE INVESTIMENTOS</b>	440,22	137,63		80	64	TERCON ASSET MANAGEMENT	6.730,17	3,45			
33	40		<b>FLANIER</b>	13.234,42	134,28		81	301	GUPARCO INVESTIMENTOS LTDA	332,68	3,34			
34	361		<b>META ASSET MANAGEMENT SA</b>	215,22	128,73		82	60	DYNAMO ADMINISTRACAO DE RECURSOS LTDA	7.463,21	3,14			
35	179		<b>BBB - DTVM</b>	1.017,72	124,03		83	203	HRV INVESTIMENTOS LTDA	1.021,22	2,89			
36	17		<b>XP ASSET MANAGEMENT</b>	<b>40.249,60</b>	<b>122,70</b>	<b>0,07%</b>	84	342	GROU CAPITAL LTDA	271,64	2,42			
37	271		<b>PIRILASSET MANAGEMENT INFINITI TITIA</b>	171,31	117,31		85	433	FINFRU AMERIFRUTSIA RFBETI BRPIS	70,79	2,17			
38	2		<b>ITAU UNIBANCO SA</b>	<b>735.263,32</b>	<b>97,72</b>	<b>0,06%</b>	86	603	BICAPITAL - GESTAO DE RECURSOS LTDA	2,07	2,07			
39	57		<b>PIO BRAVOR INVESTIMENTOS LTDA</b>	7.520,72	91,68		87	242	AGREGA INVESTIMENTOS LTDA	632,40	1,90			
40	14		<b>OLIVEIRA TRUST DTVM</b>	43.786,16	63,34		88	376	CECRO ASSET MANAGEMENT	33,18	1,72			
41	71		<b>CLARITAS</b>	5.643,73	77,42		89	277	TRV GESTORA DE RECURSOS	446,25	1,52			
42	88		<b>MUNLEHALL ABULUN</b>	4.372,17	63,61		90	87	SHARP CAPITAL DESLUMPLE HELIUS LTDA	4.624,86	1,76			
43	331		<b>RUI GESTAO DE INVESTIMENTOS</b>	231,98	63,02		91	140	RUI CAPITAL ASSET MANAGEMENT	2.011,58	1,10			
44	450		<b>DANCO FINANCIA S.A</b>	100,00	54,00		92	343	NOVORO INVESTIMENTOS	200,10	0,47			
45	89		<b>DAYCOVAL</b>	4.463,22	54,83		93	575	ECO GESTAO DE ATIVOS LTDA	7,88	0,72			
46	68		<b>OCEANIA INVESTIMENTOS</b>	6.252,81	53,39		94	235	ATENA CAPITAL GESTAO DE RECURSOS LTDA	740,91	0,52			
47	27		<b>BAHIA ASSET MANAGEMENT</b>	23.862,06	52,86		95	381	NEST INTERNACIONAL ADMINISTRADORA	191,38	0,28			
48	132		<b>LOG FUND GESTAO DE ATIVO LTDA</b>	2.247,66	43,62		96	187	GENAL INVESTIMENTOS CORRE VAL MOB	1.426,72	0,05			
49	83		<b>INTEGRAL INVESTIMENTOS</b>	4.234,37	47,82		98	647	TOTAL	4.533.744	100,000	86%		

Este documento foi assinado digitalmente por WILLIAMES BARBOSA COSTA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1BE





**Metodologias e critérios de avaliação de riscos** (*Resumo Analítico*)  
Volatilidade, liquidez e demais riscos (mercado, operacional, liquidez e legal) (*Estratégias Descritivas*)

Acessoriamente o IGEPREV, questiona as Instituições Financeiras as quais aplica seus recursos, pautando possíveis oportunidades de investimentos para o exercício seguinte, quando da formulação de sua Política de Investimentos. A Diretoria entende que tendo como parceiros as maiores e mais conceituadas Instituições Financeiras do país, o IGEPREV deve considerar também essas estratégias apontadas e mesclar com o entendimento dos gestores da autarquia.

Considerando, então, o trâmite macro dos investimentos para o exercício, nos deparamos com as questões legais constantes na Portaria nº 300 de 03.07.15 (altera a Portaria 519/2011), em seu art. 6º-E, incisos I, II e III, que determina que se efetue análise e credenciamento de administradores ou gestores, bem como dos fundos de investimentos operados pelo RPPS. Para cada aprovação deverá, o RPPS, emitir o "Atestado de Credenciamento".

Associado a esta análise, consideramos sistematicamente:

**Risco de Mercado:** é o risco de ocorrência de prejuízos resultantes de variações nos preços do mercado financeiro, que podem resultar da variação nos valores de mercado dos ativos em carteira sujeitos à variação cambial, a taxas de juros, aos índices de preços e aos preços de ações e commodities.

**Risco de Crédito:** é a possibilidade dos emissores dos ativos que fazem parte da carteira não cumprirem suas obrigações de pagamento do principal e dos respectivos juros de suas dívidas, por ocasião dos vencimentos finais e/ou antecipados.

**Risco de Liquidez:** é a possibilidade do ativo investido em não possuir recursos necessários para o cumprimento de suas obrigações de pagamento de resgates de cotas em decorrência de condições atípicas de mercado, grande volume de solicitações de resgate e/ou possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos ativos componentes da carteira.

**Risco Legal:** é o risco associado ao não cumprimento da legislação e/ou de contratos.

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





## Fechamento da Política de Investimentos *(Resumo Analítico)*

Mesmo estando fora da exigência legal, faz parte da maturidade deste RPPS concluir e mensurar os resultados da Política de Investimentos ao final do exercício 2019 em diante. Tem sido uma ferramenta muito útil na avaliação do desempenho, nas respostas e esclarecimentos ao TCE-PE e demais órgãos fiscalizadores, consolidando integralmente todas as variáveis que incorreram no período. Entendemos que os beneficiários do sistema de previdência municipal merecem toda a publicidade possível, no que se refere ao RPPS a que eles estão vinculados. É o momento em que o gestor presta contas de seu trabalho apontando oportunidades aproveitadas, as decisões no curso da execução da Política e seus efeitos no resultado geral.

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





## Publicidade Website IGEPREV – obrigações legais

Mantemos a divulgação do site do IGEPREV, <http://www.IGEPREV.rj.gov.br>, o qual deverá promover toda a transparência possível, a fim de cumprir com o princípio da publicidade, tão necessária e carente em nosso meio.

Nas obrigações inerentes aos investimentos do IGEPREV, conforme alíneas a até h, do inciso VIII, do art. 3º da Portaria MPS nº 519 de 24/08/11, alterada pelas Portarias MPS nº 170/2012, 440/13 e 065/2014, a publicidade se dará da seguinte forma:

VIII - disponibilizar aos seus segurados e pensionistas:

- a) a **política anual de investimentos e suas revisões**, no prazo de até trinta dias, a partir da data de sua aprovação;
- b) as informações contidas nos formulários **APR - Autorização de Aplicação e Resgate**, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- c) a **composição da carteira** de investimentos do RPPS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
- d) os **procedimentos de seleção** das eventuais **entidades autorizadas e credenciadas**;
- e) as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos do RPPS;
- f) **relação das entidades credenciadas** para atuar com o RPPS e respectiva data de atualização do credenciamento;
- g) as **datas e locais das reuniões dos órgãos** de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos;
- h) os relatórios de que trata o inciso V deste artigo.

V - elaborar **relatórios detalhados, no mínimo, trimestralmente**, sobre a **rentabilidade**, os **riscos** das diversas **modalidades de operações** realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a **aderência** à política anual de investimentos e suas **revisões** e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle;

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.idoc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1E





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Investimento do IGEPREV, baseada nos relatórios do BACEN, ANBIMA e respostas das instituições financeiras aos ofícios encaminhados pelo RPPS, entende que os indicadores da economia tais como inflação, taxa de juros, concessão de crédito, taxa de empregabilidade e crescimento da economia, mostram-se desafiadores para os exercícios 2019-2020, principalmente com novo governo buscando aprovar pautas liberais após histórico de governos estatizantes, com forte influência sindical e de ideologias partidárias de “esquerda”.

O grande desafio que se apresenta envolve a conquista da equalização dos gastos públicos, necessitando aprovar o urgente ajuste fiscal, com a aprovação da Reforma previdenciária e demais pautas liberais, manutenção do teto de gastos, diminuição da máquina pública e promoção do crescimento econômico e da empregabilidade. São desafios que dependem de um difícil consenso no Congresso, tendo em vista o poderoso jogo de interesses. Efetuar o ajuste fiscal na medida necessária é o fator de risco que o mercado aguarda deste novo governo. Os ativos de nossa carteira, sensíveis às taxas de juros, possuem considerável correlação com este cenário.

Não há dúvida que nossa taxa atuarial de 6%, em cenário de juros reais em torno 1,14%, encontra-se muito acima do desejável, 204% do CDI. Esta política certamente será revisada e alterada antes do início do próximo ano. Após a aprovação da reforma da Previdência, prestes a ser votada no Senado, deveremos recalcular e redimensionar todo o Plano de Custeio do IGEPREV, visando adequar as novas exigências atuariais ao novo cenário econômico do Brasil.

Desta forma, nosso posicionamento é simular um cálculo atuarial com data-base de 31.10.19, efetuar novo ALM no início de 2020, após cálculo atuarial de 31.12.19, e ajustar nosso nível de risco a patamares adequados ao retorno esperado de 9,96%.

Aproveitamos critérios constantes nas legislações anteriores, para definir a escolha das melhores e mais conceituadas Instituições Financeiras do mercado, – **Resoluções 2652** de 23.09.99 (art. 4º, I); **2661** de 28.10.04 (art. 6º, II) e **3506** de 26.10.07 (art. 22º, I, a) – continuaremos a manter nossas operações nas instituições de acordo com a **solidez patrimonial**, o **volume de recursos administrados** e a **experiência no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros**.

O IGEPREV, autarquia com gestão própria de seus recursos, continuará a buscar a excelência de seus investimentos junto às instituições de reconhecida credibilidade.

Desta forma, o IGEPREV, reproduzindo o texto da legislação, segue aplicando seus recursos sob “condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência” (art. 1º Resolução 3922/10).

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAVES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E1E







#### Diretoria Executiva:

---

- Willames Barbosa da Costa – *Presidente*
- Nelson José Pires – *Diretor Administrativo e Financeiro*
- Clessiane Nunes da Silva – *Diretor de Benefícios Previdenciários*
- Pedro Eduardo Alencar Granja – *Assessor Jurídico*
- Thomaz Guilherme Moreira de Souza – *Gerente de Cadastro e Informações Previdenciárias*
- Marisete Gomes dos Santos – *Secretária Executiva*

#### Comitê de Investimentos:

---

- Willames Barbosa da Costa – *Presidente do Comitê*
- Nelson José Pires – *representante do IGEPREV*
- Luiza Bezerra de Lins – *representante dos Inativos/Pensionistas*
- Silvana Novaes de Assis – *representante do Poder Executivo*
- Leonardo Vasconcelos Rosa – *membro*

#### Conselho Deliberativo:

---

- Edilson Luiz do Nascimento – *Presidente e representante do Poder Executivo*
- Francisco Walber Lins Pinheiro – *representante SINDSEMP*
- Antônio Carlos Benevides – *representante do Poder Legislativo*
- Maria Alice G. de Oliveira - *representante dos Inativos/Pensionistas*
- Maria Inês S. Souza Silva - *representante SINDSEMP*
- Pedro de Caldas Filho – *representante do Poder Executivo*

#### Conselho Fiscal:

---

- Silvana Novaes de Assis – *representante do Poder Executivo*
- Tadeu Plínio da Silva - *representante SINDSEMP*
- Cidivane Torres da Silva – *representante do Poder Legislativo*
- Luiza Bezerra de Lins – *representante dos Inativos/Pensionistas*

Petrolina, 30 de setembro de 2019.

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacaad/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS EM CONJUNTO**  
2 **COM A DIRETORIA EXECUTIVA E O CONSELHO DELIBERATIVO DO IGEPREV –**  
3 **INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO MUNICÍPIO DE PETROLINA.**

4 Aos três (03) dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove (2019) às 15h00min  
5 (quinze horas), no auditório do IGEPREV, situada na Avenida José de Sá Maniçoba,  
6 número 200, centro - Petrolina, Pernambuco, foi realizada a reunião ordinária do Comitê  
7 de Investimentos em conjunto com a Diretoria executiva e o Conselho Deliberativo do  
8 IGEPREV, conforme convocação de 30 de setembro de 2019 (cópia anexa), que contou  
9 com a presença de seus membros Willames Barbosa Costa (Presidente do IGEPREV),  
10 Leonardo Vasconcelos Rosa (membro do Comitê de Investimentos), Nelson José Pires  
11 (membro do Comitê de Investimentos e membro da Diretoria Executiva), Silvana Novaes  
12 de Assis (membro do Comitê de Investimentos), Edilson Luiz do Nascimento (presidente  
13 do Conselho deliberativo), Antônio Carlos Benevides (membro do Conselho Deliberativo),  
14 Pedro de Caldas Filho (membro do Conselho Deliberativo), com a seguinte pauta: **1)**  
15 **Desempenho carteira 08/2019; 2) Desempenho carteira 09/2019 – prévia; 3) Comparativo**  
16 **diversificação; 4) Projeções 2019-2020 e 5) Aprovação da Política de Investimentos 2020.**  
17 **1)** A primeira pauta teve início com a análise dos principais indicadores de desempenho  
18 da B3, da ANBIMA, do IBGE e do dólar no período de janeiro a agosto/19 de forma  
19 analítica e sintética. O Sr. Leonardo demonstrou as variações mais significativas do  
20 período com efeitos no resultado mensal e acumulado do desempenho da carteira do  
21 IGEPREV. Apesar de agosto ter sido o pior mês de 2019 até o momento, registrando  
22 desempenho de 0,02%, nos oito meses a carteira do IGEPREV acumula rendimento de  
23 6,8%, contra uma meta atuarial de 6,6% e CDI de 4,18%. Em seguida pontuou as  
24 ocorrências que mais afetaram a volatilidade de agosto/19 como a tensão comercial EUA  
25 x China e desgaste político de Bolsonaro no "acordão". A meta atuarial de agosto ficou em  
26 0,60% e todos os indicadores dos IMA's e o CDI ficaram abaixo deste objetivo. Foi  
27 verificado também que a última semana de agosto é que a desvalorização desses  
28 indicadores (ex CDI) "derrubou" o desempenho da carteira. No mês em análise, o PL do  
29 IGEPREV soma R\$ 149,1 milhões, sendo 93% alocado em renda fixa e 7 em renda  
30 variável. A CEF continua sendo a Instituição com a maior alocação geral: 69%, seguida  
31 pelo BB (26), como as mais relevantes. As alocações em renda fixa continuam  
32 preponderantemente (69%) alocadas na CEF tendo em vista seus fundos de TPF. Na  
33 renda variável, as principais alocações estão distribuídas entre CEF (60%), BNB (18%) e  
34 HAZ (22%). Foi apresentado também o quadro geral de alocações constando 21 fundos  
35 de investimentos investidos. O *Quadro Demonstrativo de Acumulados e Desempenho*  
36 sintetiza o resultado numérico dessas análises no período apontado, discorrendo  
37 detalhadamente sobre rentabilidade mensal, do ano e dos últimos 12 meses; classificação  
38 de risco, PL, números de cotistas e *benchmark* dos fundos de investimentos, aderência da  
39 PAI à atual Resolução com enquadramento, limites e distribuição de alocações;  
40 comparação de desempenho com principais índices da economia doméstica, inclusive da  
41 meta atuarial; desempenho global, mensal, do ano e dos últimos 12 meses. Destacou o  
42 desempenho mensal da carteira do IGEPREV (0,02%) em comparação ao resultado  
43 atuarial (0,60%) e com o CDI (0,50%). As Instituições que melhor rentabilizaram foi o BNB  
44 (0,30%) e o BB (0,20%). CEF, e BBIF rentabilizaram negativo em 0,04% e 0,52%. LME e  
45 HAZ não registraram variação. Tanto RF quanto RV também registraram fraco  
46 desempenho: 0,01% e 0,15%. No entanto, no acumulado do ano, até agosto, a carteira do

1

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 44F5-BA9C-3656-E15E





47 IGEPREV supera a meta atuarial, registrando 6,8% contra 6,6%. O BNB com seu fundo  
48 em RV é a Instituição que melhor desempenho apresentou: 12,8%. A RV acumula 11,81%  
49 e os ativos em RF 6,56%. No mesmo período a meta atuarial acumula 6,6% e o CDI  
50 4,18%. Foi apresentado o gráfico de projeção anual 2019. Em média, de setembro em  
51 diante o IGEPREV precisará rentabilizar 0,68% para cumprir a meta atuarial de 2019  
52 estimada em 9,56%. Foi demonstrado também o resultado atuarial até agosto/19, onde a  
53 Receita Patrimonial (financeira) monta em R\$ 9,643 milhões e a receita atuarial calculada  
54 em R\$ 9,614 milhões, indicando que mesmo com agosto sendo o pior mês em relação ao  
55 desempenho da carteira o IGEPREV continua com seu resultado anual acima da meta  
56 atuarial de 6,6%, rentabilizando de janeiro-agosto 6,8%. Segmentando as receitas do  
57 IGEPREV constatamos que a Receita Financeira representa 26% do montante recebido.  
58 **2)** A segunda pauta tratou da prévia do desempenho da carteira 09/2019. A estimativa  
59 para setembro é que o resultado geral fique em torno de 1,60%, bem acima da meta  
60 atuarial estimada de 0,52%. Foi verificado o gráfico de variações dos principais  
61 indicadores de desempenho ANBIMA indicando um mês muito favorável à superação da  
62 meta atuarial. **3)** A pauta seguinte, comparativo diversificação, indica em percentual e em  
63 reais os efeitos benéficos do primeiro movimento de diversificação da carteira do  
64 IGEPREV a partir de junho/19. Até o final de maio cerca de 70% do PL do IGEPREV  
65 encontrava-se alocado em fundo atrelado ao indicador IRFM-1. Com a dinâmica da  
66 gestão iniciando seu trabalho na diversificação, inicialmente nos ativos de renda fixa da  
67 CEF, esta referência passou a ter o seguinte balanceamento: 9,72% no IRFM-1 e o  
68 restante 60% distribuídos em fundos atrelados ao IRFM, IMA-B, IMA-B 5, IMA-B 5+, IDkA  
69 IPCA 2A, IMA-Geral e o FIC de Gestão Estratégica. Esse movimento no último dia de  
70 maio, conferiu ao IGEPREV a superar sua meta atuarial a partir de junho/19. Foi  
71 demonstrado que apesar da volatilidade de agosto/19, o período de janeiro a setembro  
72 (prévia) acumula 9% pela nova gestão, contra 7,22% pelo modelo anterior, bem mais  
73 conservador. Esse movimento permitiu que nos últimos quatro meses o IGEPREV  
74 entregasse R\$ 1,5 milhão a mais em seu resultado. **4)** As projeções 2019-2020 indicam  
75 as dificuldades e necessidades que o RPPS enfrentará em futuro próximo. Baseado no  
76 relatório Focus de 19.09.19, para 2019 a meta atuarial está estimada, em 9,56% e uma  
77 Selic média de 5,94%. Para 2020, a meta atuarial está estimada em 9,96% e uma Selic  
78 média de 4,88%, imprimindo um juro real de 1,14% (padrão de 204% do CDI). Nesse  
79 momento começou a ser debatido a importância de se ajustar a taxa atuarial do  
80 IGEPREV, hoje em 6%. Neste desiderato, será necessário, cumprindo exigência do Pró-  
81 Gestão, manter um serviço de atuária constante no IGEPREV para se efetuar, em futuro  
82 próximo, ajustes necessários, já apontados anteriormente, no quesito atuária. Conforme  
83 texto da reforma da Previdência em tramitação no Senado, o Plano de Custeio dos  
84 RPPS's sofrerá expressiva desoneração, tendo em vista que só cobrirão benefícios de  
85 aposentadoria e pensão, excluindo licença maternidade, auxílio-doença e auxílio reclusão,  
86 no caso do IGEPREV. Algum ajuste de segregação de massa possivelmente será  
87 indicado, bem como um estudo de ALM – Asset Liability Management, complementar a  
88 ferramenta necessária para adequar os ativos do IGEPREV ao seu compromisso atuarial.  
89 **5)** A principal e última pauta da reunião, aprovação da Política de Investimentos 2020 teve  
90 início fazendo uma análise da atual Política com seus enquadramentos e seus limites de  
91 alocação. Foi repetido que o IGEPREV continua tendo uma gestão própria de seus ativos  
92 e meta atuarial de IPCA+6%. Em seguida foi analisado a Resolução 3922/10 e suas  
93 alterações 4392/14, 4604/17 e 4695/18. Focando nos atuais enquadramentos permitidos



Este documento foi assinado digitalmente por WILLAVES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 44F5-BA9C-3656-E15E





94 foi aprovado por todos os presentes, os seguintes enquadramentos da Resolução  
95 4695/18 e seus limites: art. 7º, I, a (até 100%); art. 7º, I, b (até 100%); art. 7º, II (até 5%);  
96 art. 7º, III, a (até 60%); art. 7º, IV, a (até 40%); art. 7º, VII, a (até 5%); art. 7º, VII, b (até  
97 5%); art. 7º, VII, c (até 5%); art. 8º, I, a (até 30%); art. 8º, II, a (até 20%); art. 8º, III (até  
98 10%); art. 8º, IV, a (até 5%); art. 8º, IV, b (até 5%). Antes do encerramento foi debatido e  
99 entendido por todos que a carteira do IGEPREV deveria alocar mais recursos em renda  
100 variável de forma a se alcançar um patamar bem acima dos 7% atuais. E, nada mais  
101 havendo a ser tratado, eu, Leonardo Vasconcelos Rosa, lavrei a presente ata, assinada  
102 por mim e todos os presentes. Esta ata, digitada e impressa eletronicamente em três vias,  
103 apenas em seus aversos, compondo os livros: "Livro de Atas de Reuniões do Comitê de  
104 Investimentos do IGEPREV", "Livro de Atas de Reuniões da Diretoria Executiva do  
105 IGEPREV" "Livro de Atas de Reuniões do Conselho Deliberativo do IGEPREV".

MEMBROS	ASSINATURA
<b>Willames Barbosa Costa</b> Presidente do IGEPREV	
<b>Leonardo Vasconcelos Rosa</b> Membro do Comitê de Investimentos	
<b>Nelson José Pires</b> Membro do Comitê de Investimentos e Diretor Executivo	
<b>Silvana Novaes de Assis</b> Membro do Comitê de Investimentos	
<b>Edilson Luiz do Nascimento</b> Presidente do Conselho Deliberativo	
<b>Antônio Carlos Benevides</b> Membro do Conselho Deliberativo	
<b>Pedro de Caldas Filho</b> Membro do Conselho Deliberativo	

106

Este documento foi assinado digitalmente por WILLAMES BARBOSA COSTA.  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código 44F5-BA8C-3656-E15E





VERIFICAÇÃO DAS  
ASSINATURAS



Código para verificação: 44F5-BA8C-3656-E15E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ WÍLLAMES BARBOSA COSTA (CPF 265.728.691-72) em 18/10/2019 10:08:50 (GMT-03:00)  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação em  
<https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código acima ou por meio do link abaixo:

<https://petrolina.1doc.com.br/verificacao/44F5-BA8C-3656-E15E>